

## CONSELHEIROS

Joaquim Kennedy Nogueira Barros  
(Presidente)

Abelardo Pio Vilanova e Silva

Waltânia Maria N. de S. Leal Alvarenga

Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins

Kleber Dantas Eulálio

Flora Izabel Nobre Rodrigues

Rejane Ribeiro Sousa Dias

## CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Jaylson Fabianh Lopes Campelo

Delano Carneiro da Cunha Câmara

Jackson Nobre Veras

Alisson Felipe de Araújo

## PROCURADORES

Plínio Valente Ramos Neto  
(Procurador-Geral)

Leandro Maciel do Nascimento  
(Subprocurador-Geral)

José Araújo Pinheiro Júnior

Márcio André Madeira de Vasconcelos

Raissa Maria Rezende de Deus Barbosa

**Secretária de Processamento e Julgamento**  
Marta Fernandes de Oliveira Coelho

## SUMÁRIO

MEDIDAS CAUTELARES.....	02
ATOS DO PLENO .....	06
ACÓRDÃOS E PARECERES PRÉVIOS.....	07
DECISÕES MONOCRÁTICAS.....	17
ATOS DA PRESIDÊNCIA.....	30
ATOS DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA .....	30

## INFORMATIVO DA SECRETARIA DE PROCESSAMENTO E JULGAMENTO

Informamos que, devido a uma falha no processo de publicação do sistema do Diário Oficial Eletrônico desta Corte de Contas, houve um erro na numeração do periódico, nesta Edição Nº 234/2025, com data de publicação 16 de dezembro de 2025, erro este ocorrido nas páginas de 2 a 30, intervalo onde constou como número de edição 233/2025. O erro constatado refere-se unicamente à numeração, não comprometendo o conteúdo da publicação, posto que a numeração de capa da edição - Nº 234/2025, está em conformidade com as regras de caráter geral da publicação, que recebem numeração renovada diariamente, encontrando-se na sequência correta das publicações anteriores.

## ACOMPANHE AS AÇÕES DO TCE-PIAUI



TERESINA - PI, Disponibilização: Segunda-feira, 15 de dezembro de 2025  
Publicação: Terça-feira, 16 de dezembro de 2025  
(Resolução TCE/PI nº 18/11 de 11 de novembro de 2011)

## MEDIDAS CAUTELARES

PROCESSO Nº TC/004993/2025

DECISÃO MONOCRÁTICA

- MEDIDA CAUTELAR -

ASSUNTO: DENÚNCIA REF. IRREGULARIDADES NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025

EXERCÍCIO: 2025

UNIDADE GESTORA: CONSÓRCIO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARNAÍBA DO PIAUÍ-PI - COMEPA

DENUNCIANTE:

DRC COMÉRCIO LTDA, CNPJ 04.651.057/0001-01

ADVOGADO: LANARA FALCÃO LUSTOSA MARTINS, OAB/PI Nº 16.810, PROCURAÇÃO À PEÇA 3,

DENUNCIADOS:

LUCIANO BARRETO DE CARVALHO FILHO - PRESIDENTE DO CONSÓRCIO

ADAILTON SANTOS DE SOUSA - PREGOEIRO;

ADVOGADO: ARLEY RAFAEL SANTOS BARROSO, OAB/PI Nº 12.470, PROCURAÇÃO À PEÇA 37.2 E 37.3, RESPECTIVAMENTE

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

DECISÃO Nº 376/2025 – GDC

ausência de transparência quanto aos valores de referência por item, inobservância da cláusula editalícia que autorizava a correção da planilha de preços e violação dos princípios do julgamento objetivo, da publicidade, da economicidade, do formalismo moderado e da vinculação ao instrumento convocatório;

**b) Determinar, com fundamento no artigo 113, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, c/c artigo 45 da Lei Complementar nº 63/1990,** a adoção de medidas saneadoras pela autoridade competente do COMEPA, com vistas **à anulação da decisão de desclassificação da proposta da empresa DRC COMÉRCIO LTDA**, restabelecendo-a na condição de proponente habilitada para os Grupos 03, 06 e 12, com retomada do procedimento a partir da fase de julgamento, garantindo-se o contraditório e a observância do critério de vantajosidade global;

**c) Subsidiariamente, caso o certame já tenha sido homologado ou o contrato já assinado, que este Tribunal, nos termos do artigo 113, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, adote providência corretiva com vistas à apuração da responsabilidade administrativa e à imposição das sanções cabíveis** aos agentes públicos responsáveis pelo julgamento irregular, caso se constate má-fé, negligência ou reiterada inobservância dos princípios legais aplicáveis;

**d) Determinar ao COMEPA, em caráter pedagógico e preventivo, que em futuras licitações:**

- inclua de forma clara no edital **qual o critério de aceitabilidade que será adotado (global, unitário ou ambos);**
- adote como regra a divulgação, em tempo oportuno, dos valores de referência após a fase de lances, conforme preceituam os Acórdãos 933/2011 e 394/2009 do TCU;
- observe com rigor o direito ao contraditório e à correção de falhas sanáveis, nos moldes do artigo 64, §2º da Lei nº 14.133/2021 e dos Acórdãos 370/2020, 4370/2023, 298/2024 e 1811/2014 do TCU.

**e) Facultativamente, se entender este Tribunal necessário, que seja instaurado procedimento de fiscalização específica (auditoria ou inspeção), nos termos do artigo 1º da Resolução TCE/PI nº 25/2016, para apurar eventual prejuízo ao erário decorrente da adjudicação de grupos a empresas com valores superiores aos ofertados pela Representante, bem como para orientar a entidade sobre as boas práticas licitatórias no regime da nova Lei.**

Assim, conforme peça 20, verificou-se o cumprimento dos dispostos no art. 98 da Lei nº 5.888/09 (Lei Orgânica do TCE/PI) c/c art. 226, 226-A, e seguintes da RESOLUÇÃO TCE nº 13/11, de 26 de agosto

## 1 RELATÓRIO

Versam os presentes autos de Denúncia apresentada pela Empresa DRC COMÉRCIO LTDA, tratando de irregularidades no Pregão Eletrônico nº 001/2025-SRP, conduzido pelo Consórcio dos Municípios do Médio Parnaíba do Piauí (COMEPA), cujo objeto era o registro de preços com valor total previsto de R\$104.573.777,21, pelo prazo de 12 (doze) meses, visando a futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento parcelado de insumos utilizados no cuidado ao paciente, no âmbito assistencial sanitário dos municípios que compõem o consórcio dos municípios do Médio Parnaíba do Piauí (COMEPA). Ressalte-se que os contratos firmados possuem a possibilidade de prorrogação de até 10 (dez) anos.

Ao final, o denunciante requer (Peça 01, fls. 10):

**a) Reconhecer a existência de vícios materiais e formais no julgamento do Pregão Eletrônico nº 001/2025-SRP**, conduzido pelo Consórcio dos Municípios do Médio Parnaíba do Piauí – COMEPA, consistentes na desclassificação indevida da proposta da empresa Representante com base em critérios não divulgados previamente,

de 2011, republicado no D.O.E. nº 13/14 em 23 de janeiro de 2014 (Regimento Interno do TCE/PI atualizado em 11/12/2023) e em observância aos postulados da ampla defesa e do contraditório, procedeu-se à citação do Presidente do CONSÓRCIO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO PARNAÍBA DO PIAUÍ – COMEPA, Sr. LUCIANO BARRETO DE CARVALHO FILHO, para que apresentassem justificativas, conforme a Certidão (peça 25), o responsável apresentou defesa em tempo hábil.

Ato contínuo, os autos foram encaminhados para Diretoria de Fiscalização de Licitações e Contratações – DFCONTRATOS, a qual, a peça 28, apresentou seu Relatório Preliminar sugerindo a citação dos responsáveis. Conforme, peça 30, em respeito à ampla defesa e ao contraditório, procedeu-se a citação dos Srs. LUCIANO BARRETO DE CARVALHO FILHO (presidente do Consórcio dos Municípios do Médio Parnaíba do Piauí – COMEPA) e ADAILTON SANTOS DE SOUSA (Pregoeiro), para que apresentassem justificativas, conforme a Certidão (peça 38), os responsáveis apresentaram defesa em tempo hábil.

Em seguida, os autos foram encaminhados para Diretoria de Fiscalização de Licitações e Contratações – DFCONTRATOS, a qual, a peça 41, apresentou seu Relatório de Instrução sugerindo a suspensão, cautelarmente, da Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2025, referente aos Grupos 3, 6 e 12.

É, em síntese, o relatório.

## 2 DA FUNDAMENTAÇÃO

### 2.1 Breve Síntese

Versam os presentes autos de Denúncia apresentada pela Empresa DRC COMÉRCIO LTDA, tratando de irregularidades no Pregão Eletrônico nº 001/2025-SRP, conduzido pelo Consórcio dos Municípios do Médio Parnaíba do Piauí (COMEPA), cujo objeto era o registro de preços com valor total previsto de R\$104.573.777,21, pelo prazo de 12 (doze) meses, visando a futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento parcelado de insumos utilizados no cuidado ao paciente, no âmbito assistencial sanitário dos municípios que compõem o consórcio dos municípios do Médio Parnaíba do Piauí (COMEPA).

Salienta-se que a presente denúncia já se encontra instruída com contraditório, mas, neste momento, não se trata da decisão de mérito da denúncia, mas apenas a concessão de medida cautelar sugerida pela DFCONTRATOS na peça 41.

Em resumo, a Empresa DRC COMÉRCIO LTDA, denunciante, argumenta que as irregularidades decorrem da sua desclassificação, visto que participou regularmente do certame e consagrou-se vencedora dos Grupos 03, 06 e 12, apresentando valores globais vantajosos para a Administração, com reduções entre 40% e 60% em relação ao orçamento estimado. Contudo, foi desclassificada sob o argumento de que três itens específicos (o item 38 do Grupo 03, os itens 416 e 417 do Grupo 12) apresentavam preços unitários superiores ao valor de referência por item definido internamente pela Administração.

Alega a denunciante que as variações de preços eram pequenas e não comprometiam a vantajosidade global da proposta e a viabilidade de execução contratual. Além disso, argumenta que não foi oferecida diligência ou possibilidade de ajuste para correção da planilha, embora tenha cláusula que preveja isso no edital, qual seja a 6.13.

Aponta ainda que o regime de execução era de empreitada por preço unitário, ou seja, o julgamento deveria considerar o preço global do grupo, e que o denunciado não demonstrou o impacto dos itens

apontados como superiores a referência. Assim, a desclassificação ocasiona prejuízo ao erário, visto que os mesmos grupos foram adjudicados a empresas com propostas superiores.

A peça 28 no relatório preliminar, a DFCONTRATOS entendeu que a desclassificação da denunciante foi irregular por falha em priorizar a vantajosidade global, uma vez que a desclassificação, baseada em um sobrepreço unitário de R\$ 57.268,00 em poucos itens, levou à adjudicação de propostas globais R\$ 402.755,60 mais caras para os três grupos em questão.

Além disso, verificou, em consulta ao Sistema Licitações/Contratos Web, a fls. 9 da peça 41, a divisão técnica observa que já existem Contratos advindos do pregão ora questionado, quais sejam, o cadastro do **Contrato nº 010/2025 - P.M. de Picos, no valor de R\$ 4.463.926,43** e **Contrato nº 072/2025 - P.M. de São Gonçalo do Piauí, no valor de R\$1.351.652,36**, com o status “Em Vigência”, firmados com a empresa Distribuidora Mercury de Medicamentos Ltda – CNPJ Nº 32.077.848/0001-05.

Figuras 2 e 2: print licitações/contratos web – TCE-PI

Salienta ainda que, em consulta ao Sagres Contábil, constatou-se que foram pagos os valores de R\$ 1.159.476,75 (P.M. de Picos) e R\$ 108.525,33 (P.M. de São Gonçalo do Piauí), para a empresa Distribuidora Mercury de Medicamentos Ltda, no exercício de 2025.

Bônus de Linha	P	Valor Empenhado Líquido	Valor Liquidado	Valor Pago
<b>P. M. DE PICOS</b>		<b>2.207.539,00</b>	<b>1.001.030,50</b>	<b>1.159.476,75</b>
2025		2.207.539,00	1.001.030,50	1.159.476,75
Material de Consumo		2.207.539,00	1.001.030,50	1.159.476,75
DISTRIBUIDORA MERCURY DE MEDICAMENTOS LTDA		2.207.539,00	1.001.030,50	1.159.476,75
MATERIAL FARMACOLÓGICO		2.207.539,00	1.001.030,50	1.159.476,75
<b>P. M. DE SÃO GONÇALO DO PIAUÍ</b>		<b>108.525,33</b>	<b>108.525,33</b>	<b>108.525,33</b>
2025		108.525,33	108.525,33	108.525,33
Material de Consumo		108.525,33	108.525,33	108.525,33
DISTRIBUIDORA MERCURY DE MEDICAMENTOS LTDA		108.525,33	108.525,33	108.525,33
MATERIAL FARMACOLÓGICO		108.525,33	108.525,33	108.525,33
<b>Total Geral</b>		<b>2.316.064,33</b>	<b>1.109.555,83</b>	<b>1.268.002,08</b>

Figura 3: Sagres Contábil 2025

Ressalta também a divisão técnica que o Contrato nº 010/2025 – P.M. de Picos assinado em 17/06/2025 possui vigência de 4 meses e já foi prorrogado por meio do Termo Aditivo 01 em 17/10/2025 até 14/02/2026. Quanto ao Contrato nº 072/2025 - P.M. de São Gonçalo do Piauí, assinado em 28/08/2025 possui vigência de 12 meses até 28/08/2026 apontando a possibilidade de prorrogação da sua vigência no item 15.2 do referido contrato conforme o art. 107 da Lei 14.133/2021, até o limite de 10 anos.

Ao final, a fls. 13, peça 41, a divisão técnica requer a cautelar para a suspensão da Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2025, referente aos Grupos 3, 6 e 12.

**Passa-se.**

## 2.1 Da análise do Relator

Inicialmente cabe ressaltar que o exame realizado pelo Relator se baseia em cognição não exauriente, isso porque se atentará exclusivamente as fundamentações que impedem – de imediato – a prorrogação da irregularidade levantada pela Divisão Técnica, em sede de Relatório de Instrução.

Além disso, ressalta-se que, conforme o art. 449 do RITCE, esta Relatoria pode<sup>1</sup>, **no curso da apuração**, proferir medidas cautelares quando necessário para reparar urgentemente situação que se mostra anormal.

Pois bem.

No breve exame, esta Relatoria constata que **o cerne é a desclassificação da empresa DRC COMÉRCIO LTDA (CNPJ sob o nº 04.651.057/0001-01) do PE nº 001/2025 – SRP), referente aos grupos 3, 6 e 12, examinada sob os aspectos da legalidade e da economicidade, na escolha da proposta mais vantajosa.**

Ato contínuo. Sob o aspecto da legalidade, vê-se que a desclassificação da mencionada empresa decorre de ato vinculado pautado na legalidade estrita, isso porque, tal decorre diretamente da aplicação da subcláusula 6.8.3 do Edital PE nº 001/2025/SRP e do art. 59, III da Lei nº 14.133/2021 sobre a conduta inerte do licitante.

Por outro lado, do parâmetro da economicidade, do que consta nos autos, tem-se que a desclassificação da referida empresa ressoou em adjudicação de propostas globais em valor superior para os três grupos no montante de R\$ 402.755,60.

Conjugando tais informações e a fim de compreender a colisão desses princípios em concreto, verifica-se que no Edital PE nº 001/2025/SRP, a subcláusula 1.3<sup>2</sup> indica que critério de julgamento adotado foi o de **menor preço por grupo de item**, ou seja, a licitação será analisada considerando o grupo/lote globalmente considerado e a análise dos itens, conforme o que dispõe em Edital.

<sup>1</sup>Art. 449. No início ou no curso de qualquer apuração, o Tribunal de Contas, de ofício ou a requerimento de Conselheiro, de Conselheiro Substituto ou do Ministério Público de Contas, poderá: (...).

<sup>2</sup> 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço POR GRUPO, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

Importa entender que, para o referido critério, a posição majoritária é de que deverá prevalecer a consideração do **preço do lote** em menor dispêndio para a Administração, ainda que **alguns itens** estejam moderadamente superiores, isso porque, **em regra**, é o valor total da proposta que seja vantajoso para a Administração. Esse entendimento é, inclusive, corroborado pelo Tribunal de Contas da União, vejamos:

### Acórdão 2885/2008 – Plenário do TCU

Não há como se caracterizar sobrepreço, analisando apenas alguns itens isolados da proposta de preços, se o preço global praticado está situado dentro de parâmetros considerados adequados.

### Acórdão 1064/2009 – Plenário do TCU

Estando o preço global no limite aceitável dado pelo orçamento da licitação, as discrepâncias de preços existentes, devido à ausência de critério de aceitabilidade de preços unitários, apenas causam prejuízos quando se realizam aditivos em que são acrescidos quantitativos para itens de serviço cujos valores eram excessivos em relação aos demais licitantes.

Alerta-se que, isso não significa que deverá ser ignorada a análise legalista da Administração e a vinculação ao edital, mas esta deve ser atravessada pela economicidade, com vistas a atender o interesse público e não ensejar a malversação de recursos públicos disponíveis.

Nesse sentido, sopesando os referidos princípios da legalidade e da economicidade, **bem como o que dispõe até o momento nos autos**, constata-se que, ainda que a referida Administração tenha tido o apego à legalidade estrita na aplicação dos critérios de julgamento por lote/grupo para a desclassificação; tal juízo ocorreu em detrimento da vantajosidade relacionada à economicidade, esta que opera a busca pela melhor proposta em consecução ao custo-benefício, é que entende o jurista Régis Fernandes de Oliveira<sup>3</sup>:

(...) economicidade diz respeito a se saber se foi obtida a melhor proposta para a efetuação da despesa pública, isto é, se o caminho perseguido foi o melhor e mais amplo, **para chegar-se à despesa e se ela fez-se com modicidade, dentro da equação custo benefício.** (OLIVEIRA, 1990)

Além disso, ressalta-se que o julgamento pautado exclusivamente na legalidade, enseja a observação do art. 11, I e III da Lei nº 14.133/2021, que dispõe que o processo licitatório tem como objetivo

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Régis Fernandes de; HORVATH, Estevão; e TAMBASCO, Teresa Cristina Castrucci. Manual de Direito Financeiro, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1990, p. 94.

<sup>4</sup> Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública,

a seleção e a contratação da proposta mais vantajosa, bem como o de evitar contratações com sobrepreço; o que não se observa no caso, tendo em vista que já houve contratação referente à Ata de Registro de Preço.

Por tudo, até o presente momento, o que se verifica é a presença do *fumus bonis iuris* (plausibilidade do direito), considerando que vinculação estrita não se mostra suficiente para afastar a violação aos princípios da economicidade, da razoabilidade e da seleção da proposta mais vantajosa, uma vez que o resultado prático será o prejuízo aos cofres públicos.

Já quanto ao *periculum in mora* (perigo da demora) traduzido na situação de perigo da questão, esta Relatoria compreende, até o momento, se manifesta no risco de dano ao erário caso os pagamentos decorrentes de proposta menos vantajosa prossigam.

Além disso, em consulta ao Licitações Web<sup>5</sup>, verifica-se que, no modelo de Minuta de Contrato, na subcláusula 15.2 tem que o contrato poderá ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, até o limite de 10 (dez) anos; o que demonstra que a extensão da situação pode prolongar o dano ao erário.

## 2.2 Da medida cautelar

Diante disso, nos termos da Lei Orgânica do TCE/PI (art. 86 - Lei Estatual nº 5.888/2009) e do Regimento Interno dessa Corte de Contas (nos arts. 246, III, c/c art. 450 e seguintes), encontra-se presente o *periculum in mora*, pois há risco de dano ao erário caso os pagamentos decorrentes de proposta menos vantajosa prossigam e se prolonguem pela subcláusula 15.2. Já o *fumus boni juris* é demonstrado, pois a vinculação estrita não se mostra suficiente para afastar a violação aos princípios da economicidade, da razoabilidade e da seleção da proposta mais vantajosa, uma vez que o resultado prático foi o prejuízo aos cofres públicos.

Analisada, portanto, a denúncia formulada com fundamentos nos argumentos acima e acolhendo a sugestão da DFCONTRATOS- IV Divisão Técnica (peça 41), com respaldo no receio de grave lesão ao erário ou a direito alheio, ou risco de ineficácia da decisão de mérito, considerando presentes os requisitos satisfeitos, verifica-se a possibilidade de decretação de **MEDIDA CAUTELAR**, de acordo com a previsão do art. 87, da Lei nº 5.888/09, que diz:

Art. 87. O Relator ou o Plenário, em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário ou a direito alheio, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, poderá, de ofício ou mediante provocação, **adotar medida cautelar, com ou sem a prévia oitiva da parte, determinando, entre outras providências, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada.**

inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

(...)

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

5 Disponível em: <https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralic/detalhelicitacao.xhtml?id=1033216#>. Acesso em: 12/12/2025.

Portanto, **CONCEDO A MEDIDA CAUTELAR** para determinar a **SUSPENSÃO** da Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2025, referente aos Grupos 3, 6 e 12, até o julgamento do mérito.

## 3 DA DECISÃO

Em razão do exposto, não se encontra configurado o fundado receio de grave lesão a direito alheio, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, e não estando claramente presentes os requisitos do *fumus boni juris* e do *periculum in mora*, **DEFIRO A CONCESSÃO DA MEDIDA CAUTELAR**, nos seguintes termos:

a) **SUSPENSÃO** da Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2025, referente aos Grupos 3, 6 e 12, até o julgamento do mérito, abstendo-se o COMEPA de realizar sua liberação para celebração de novos contratos dela decorrentes, sejam a órgãos participantes do SRP seja a órgãos interessados em fazer adesão à sua ata, assim como que os municípios de Picos-PI e São Gonçalo do Piauí-PI se abstenham de prorrogar os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços (Grupos 3, 6 e 12);

b) Dê-se ciência imediata por TELEFONE/E-MAIL, pela Secretaria da Presidência deste TCE/PI, desta decisão ao Consórcio dos Municípios do Médio Parnaíba do Piauí-PI - COMEPA, representada pela Sr. Luciano Barreto de Carvalho Filho, para que tome as providências administrativas necessárias ao cumprimento da presente decisão com a devida notificação aos municípios.

c) Após, encaminhar os autos para Secretaria de Processamento e Julgamento para juntada de comprovante de publicação no Diário Eletrônico e transcurso do prazo recursal.

d) Em seguida, encaminhem-se os autos à Seção de Elaboração de Ofícios, para que se:

d.1) proceda a citação através dos serviços da Empresa de Correios e Telégrafos, com Aviso de Recebimento – AR, do responsável, o Secretário de Saúde de Picos-PI, **Sr. Tales Coelho Pimentel**; a Prefeita de São Gonçalo do Piauí, **Sra. Gerlane Ferreira da Silva Cabral**, assim como a **empresa Distribuidora Mercury de Medicamentos Ltda** – CNPJ nº 32.077.848/0001-05, para que se manifestem no prazo de até **15 (quinze) dias úteis** quanto aos fatos apontados no Relatório de Instrução da presente denúncia, conforme arts. 259, I, c/c 455 do RITCE-PI (Resolução TCE-PI nº 13/2011).

d.2) proceda a citação através dos serviços da Empresa de Correios e Telégrafos, com Aviso de Recebimento – AR, do responsável, **Consórcio dos Municípios do Médio Parnaíba do Piauí-PI - COMEPA**, representada pela Sr. **Luciano Barreto de Carvalho Filho**, para que informe se existe outros contratos advindos do respectivo Registro de Preço, **bem como** se manifeste quanto aos fatos apontados no Relatório de Instrução da presente denúncia, conforme arts. 259, I, c/c 455 do RITCE-PI (Resolução TCE-PI nº 13/2011), no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**.

Gabinete do Conselheiro Substituto DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA, em Teresina - Piauí, 15 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)

**Delano Carneiro da Cunha Câmara**

Conselheiro Substituto – Relator



## ATOS DO PLENO

## SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENO N.º 21 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025.

EXTRATO DE JULGAMENTO/EXPEDIENTE Nº 101/2025 – E. **PROCESSO TC Nº 015221/2025 - REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO** – Trata o expediente de Comunicação Interna da [SECEX/DFCONTAS] encaminhado à Presidência sugerindo deliberação do Pleno acerca da **emissão de Alerta** aos municípios sobre a obrigatoriedade de adequação ao Padrão Nacional da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), em conformidade com o artigo 62 da Lei Complementar nº 214/2025 e a Receita média de referência para a partilha do IBS. Tendo em vista que a falta de adequação ao padrão nacional poderá acarretar consequências severas aos municípios, sugere-se que seja expedido **ALERTA aos Prefeitos municipais, por meio do sistema de Avisos e divulgação institucional**. A Presidência atendendo ao que foi requerido encaminhou a matéria ao Pleno para apreciação. **LIDO NO EXPEDIENTE**. Vista, relatada e discutida a matéria, ouvido o Ministério Público de Contas, decidiu o Pleno, à unanimidade, **aprovar a emissão do ALERTA aos Prefeitos municipais, por meio do sistema de Avisos e divulgação institucional**, nos termos da Comunicação Interna (peça 2) advertindo o que se segue: **A.** O art. 62 da Lei Complementar nº 214/2025 **determina que todos os municípios brasileiros devem se adequar ao Padrão Nacional da Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) até 1º de janeiro de 2026**, prazo após o qual somente serão válidas as notas emitidas diretamente no Ambiente Nacional ou, no caso daqueles que utilizam sistema emissor próprio, assegurar o compartilhamento obrigatório de todos os documentos fiscais ao Ambiente de Dados Nacional (ADN), obedecendo ao leiaute padronizados. O descumprimento dessa obrigatoriedade poderá ocasionar: **i.** Suspensão temporária de transferências voluntárias, nos termos do § 7º do artigo 62 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025; **ii.** Perda de participação na distribuição futura do IBS, uma vez que a participação municipal será proporcional ao histórico de arrecadação apurado nacionalmente; **iii.** Comprometimento da arrecadação própria do município, uma vez que notas fiscais emitidas fora do padrão poderão não ter validade tributária. **B.** Os gestores municipais **devem empreender esforços desde já para fortalecer os controles contábeis e a fiscalização tributária** de modo a assegurar a fidedignidade dos registros contábeis relacionados à arrecadação tributária e para maximizar a arrecadação das receitas oriundas do Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, pois o PLP nº 108/2024, atualmente em tramitação, regulamentará as regras de cálculo da receita média de referência do Imposto de Bens e Serviços – IBS de cada ente federativo (Estados, DF e Municípios) para fins de transição (período de 2026 a 2033), **a qual será calculada com base nos valores dos anos de 2019 a 2026** (arts. 130 e 131, III e § 2º, I) **da cota-parte do ICMS e da arrecadação anual do ISS** (incluindo juros e multas, inscritos ou não em dívida ativa, bem como recursos do Simples Nacional). **C.** É imprescindível que os municípios acompanhem de forma contínua e estratégica o processo de implementação da nova tributação sobre o consumo, **adotando medidas proativas para a adequação de seus sistemas, bem como para a capacitação permanente de suas equipes técnicas.**

**Presidente:** Cons. Kleber Dantas Eulálio (Presidente em Exercício)

**Votantes:** Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, Rejane Ribeiro Sousa Dias e os Cons. Subst. Jaylson Fabianh Lopes Campelo, convocado para substituir, nesse processo, o Cons. Kleber Dantas Eulálio (no exercício da Presidência), Delano Carneiro da Cunha Câmara, convocado para substituir, nesse processo, a Cons.<sup>a</sup> Flora Izabel Nobre Rodrigues, Cons. Subst. Alisson Felipe de Araújo, em substituição ao Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva (Portaria nº 806/25).

**Conselheiro(s) Substituto(s) presente(s):** Jackson Nobre Veras.

**Representante do Ministério Público de Contas presente:** Procurador José Araújo Pinheiro Júnior.

**Ausente(s):** Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros – Presidente (ausência justificada), Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva (Portaria nº 806/25), Cons.<sup>a</sup> Flora Izabel Nobre Rodrigues (ausência justificada).

Sessão Ordinária Presencial do Pleno, em 15 de dezembro de 2025.

*assinado digitalmente*

Marta Fernandes de Oliveira Coelho  
Secretária de Processamento e Julgamento

## ACÓRDÃOS E PARECERES PRÉVIOS

PROCESSO: TC/011896/2025

ACÓRDÃO Nº 474/2025-PLENO

ASSUNTO: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO REFERENTE AO TC 003518/2024, REFERENTE AO ACÓRDÃO Nº 330/2025- 2ª CÂMARA.

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE REGENERAÇÃO

RECORRENTE: EDUARDO ALVES CARVALHO (PREFEITO)

ADVOGADO: UANDERSON FERREIRA DA SILVA – OAB-PI Nº 5456

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

RELATORA: LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. ACÓRDÃO N.º 330/2025 – 2ª CÂMARA. IRREGULARIDADES NO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 007/2025. CONHECIMENTO. PROVIMENTO. REDUZIR MULTA APLICADA.

**I. CASO EM EXAME**

1. Recurso de Reconsideração visando à modificação da decisão prolatada no Acórdão nº 330/2025 – 2ª Câmara, proferido nos autos do Processo de Representação TC n.º 003518/2025.

**II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO**

2. Interpretação extensiva de culpa in vigilando, mas de uma falha objetiva e grave. A irregularidade central foi a não divulgação dos avisos do Pregão Eletrônico nº 007/2025 no sítio eletrônico desta Corte de Contas.

**III. RAZÕES DE DECIDIR**

3. É inequívoco que a infração à norma regulamentar (IN TCE PI n.º 06/2017) ocorreu. Entretanto, a sanção deve

observar a razoabilidade e a proporcionalidade, considerando a ausência de dolo e o cumprimento imediato da decisão liminar que determinou o cancelamento do certame.

**IV. DISPOSITIVO**

4. Conhecimento e provimento.

Constituição Federal de 1988. Lei nº 5.888/09 – Lei Orgânica TCE-PI. Lei Federal n.º 14.133/2021.

***Sumário:** Recurso de Reconsideração em face do Acórdão n.º 330/2025 - 2ª Câmara. Conhecimento e Provimento. Redução da multa. Decisão Unânime.*

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando, a petição (peça 01) o parecer do Ministério Público de Contas (peça 13), o voto da Relatora (peça 15) e o mais que dos autos consta, decidiu o Pleno Virtual, por unanimidade dos votos, DIVERGINDO DO PARECER MINISTERIAL, pelo conhecimento do presente Recurso de Reconsideração, e, no mérito, deu-lhe provimento total, reformando a decisão recorrida, para reduzir a multa anteriormente aplicada de 3.000 UFR-PI, para 1.000 UFR-PI.

**Presidente:** Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros Votante(s) na sessão que fixou o quórum: Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva, Waltânia Maria Nogueira de Sousa leal Alvarenga, Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, Kleber Dantas Eulálio, Flora Izabel Nobre Rodrigues e o Cons. Subst. Jackson Nobre Veras (em substituição à Cons.<sup>a</sup> Rejane Ribeiro Sousa Dias – Portaria nº 850/2025).

**Conselheiro(s) Substituto(s) presente(s):** Jaylson Fabianh Lopes Campelo, Delano Carneiro da Cunha Câmara e Alisson Felipe de Araújo.

**Ausente(s) na sessão que fixou o quórum:** Cons.<sup>a</sup> Rejane Ribeiro Sousa Dias (Portaria nº 721/2025 – Férias).

**Representante do Ministério Público de Contas presente:** Procurador-Geral Plínio Valente Ramos Neto.

Publique-se, Cumpra-se.

Sessão do Pleno Virtual, em Teresina, 24/11 a 28/11/2025.

*(assinado digitalmente)*

**Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins**

Conselheira Relatora

**PROCESSO: TC Nº 006012/2025**

ACÓRDÃO Nº 497/2025 - 2ª CÂMARA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE PROPORCIONAL AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

OBJETO: APOSENTADORIA

UNIDADE GESTORA: IPMT – FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE TERESINA

EXERCÍCIO: 2025

INTERESSADO: PAULO DE TARSO SILVA LOPES

RELATORA: LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

SESSÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL DA SEGUNDA CÂMARA Nº 21 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

EMENTA: CONTROLE EXTERNO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO E ADMINISTRATIVO. APOSENTADORIA POR IDADE PROPORCIONAL AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

**I. CASO EM EXAME**

Trata-se de Aposentadoria por Idade Proporcional ao Tempo de Contribuição, concedida ao Sr. Paulo de Tarso Silva Lopes.

**II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO**

Constatou-se que o cálculo do benefício presente na Portaria nº 31/25 – PREV/IPMT estava incorreto.

**III. RAZÕES DE DECIDIR**

Considerando os Princípios da Celeridade, Economia Processual e da Eficiência.

**IV. DISPOSITIVO**

Lei Complementar Municipal nº 5.686/21 (Reforma da Previdência em Teresina-PI).

*Sumário: Aposentadoria por Idade Proporcional ao Tempo de Contribuição. Fundo de Previdência de Teresina. Exercício 2025.*

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando, o Relatório da Divisão de Fiscalização de Aposentadorias, Reformas e Pensões – DFPESSOAL 3 (peças 3 e 12), o parecer do Ministério Público de Contas (peças 4 e 13), o voto da Relatora (peça 18) e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, unânime, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto da Relatora (peça 18), considerando os Princípios da Celeridade, Economia Processual e da Eficiência, e o que mais conta nos autos, concordando com o Parecer Ministerial pelo ARQUIVAMENTO do presente processo em razão da perda do objeto, já que a aposentadoria do servidor está tramitando no TC 013313/2025.

**Presidente:** Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga.

**Votantes:** Presidente, Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo (conforme Portaria nº 964/2025, em substituição ao Conselheiro Abelardo Pio Vilanova e Silva).

**Conselheiro Substituto presente:** Delano Carneiro da Cunha Câmara.

**Representante do Ministério Público de Contas presente:** Procurador José Araújo Pinheiro Júnior.

**Ausente(s):** Conselheiro Abelardo Pio Vilanova e Silva (em gozo de férias – Portaria nº 806/2025). Publique-se, Cumpra-se.

Sessão Ordinária Presencial da Segunda Câmara, em Teresina, 10 de dezembro de 2025.

*(assinado digitalmente)*

**Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins**

Conselheira Relatora

**PROCESSO: TC/011111/2025**

ACÓRDÃO Nº 468/2025 - PLENO

ASSUNTO: AGRAVO

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA

AGRAVANTE: MARCOS ANTÔNIO DE ANDRADE MATEUS - PREFEITO

ADVOGADO: DIOGO JOSENNIS DO NASCIMENTO VIEIRA – OAB/PI Nº 8754

PROCURADORA: RAISSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA

RELATORA: CONSª WALTÂNIA MARIA NOGUEIRA DE SOUSA LEAL ALVARENGA

REDATORA: CONSª. LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS

EXTRATO DE JULGAMENTO: 4470

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO. REVOGAÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 267/2025. CONHECIMENTO. PROVIMENTO.



**I. CASO EM EXAME:**

1. Trata-se de Agravo em que se discute a Decisão Monocrática nº 267/2025 que suspendeu os efeitos do Contrato nº 64/2025, celebrado entre o Município e a empresa Lázaro de Carvalho Ribeiro Bueno.

**II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:**

2. Analisa a essencialidade de manutenção da execução do contrato.

**III. RAZÃO DE DECIDIR:**

3. Considerando a essencialidade do objeto do Contrato ora suspenso para a manutenção dos serviços públicos, que trata de locação de veículos para todas as secretarias municipais.

4. Considerando que o fato se refere a fase de habilitação da licitação, não se vislumbrando indícios de sobrepreço ou superfaturamento do contrato originado.

5. Considero como imprescindível a oitiva das partes envolvidas, como medida de prudência, assim como dispõe o art. 20 da LINDB.

**IV. DISPOSITIVO:**

6. Conhecimento. Provimento. Revogação da Decisão Monocrática.

*Sumário: Agravo. Prefeitura Municipal de São João da Fronteira. Conhecimento. Provimento. Revogação da Cautelar. Decisão por maioria.*

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o parecer do Ministério Público de Contas (peça 12), e o mais que dos autos consta, decidiu o Plenário, **por maioria, discordando do Parecer Ministerial e do voto da Relatora**, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto Vencedor pelo **Conhecimento e Provimento do Agravo, revogando** a Decisão Monocrática nº 267/2025- GWA do TC 004691/2025.

**Presidente:** Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros.

**Votantes:** Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva, Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, Kleber Dantas Eulálio, Flora Isabel Nobre Rodrigues e Rejane Ribeiro Sousa Dias

**Conselheiros Substitutos presentes:** Jaylson Fabianh Lopes Campelo, Delano Carneiro da Cunha Câmara, Jackson Nobre Veras e Alisson Felipe de Araújo.

**Representante do Ministério Público de Contas presente:** Procurador Plínio Valente Ramos Neto

Transcreva-se, Publique-se e Cumpra-se.

Sessão Plenária Virtual de 24 a 28 de novembro de 2025.

(assinado digitalmente)

**Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins**

Conselheira Relatora

**PROCESSO: TC/007821/2025**

ACÓRDÃO Nº 472/2025 – PLENO

ASSUNTO: DENÚNCIA

OBJETO: SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA QUANTO AO INADIMPLEMENTO NO PAGAMENTO POR FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERESINA

EXERCÍCIO: 2025

DENUNCIANTE: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS DE SAÚDE DE TERESINA

DENUNCIADOS: SÍLVIO MENDES DE OLIVEIRA FILHO (PREFEITO)

CHARLES CARVALHO CAMILO DA SILVEIRA (PRESIDENTE DA FMS)

ADVOGADO: DANIEL LEOPOLDINO REBOUÇAS DE MELLO – PROCURADOR DO MUNICÍPIO OAB/PI Nº 24.329

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

RELATORA: CONSª. LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS

SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA SEGUNDA CÂMARA DE 24/11/25 A 28/11/2025.

EXTRATO DE JULGAMENTO: 4455

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. DENÚNCIA. INCOMPETÊNCIA. CONHECIMENTO. ARQUIVAR.

**I. CASO EM EXAME:**

1. A denúncia relata inadimplemento de débitos referentes ao fornecimento de medicamentos.

**II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:**

1. A questão em discussão se refere a cobrança quanto ao fornecimento de medicamentos, discute-se sobre a competência do Tribunal de Contas.

**III. RAZÃO DE DECIDIR:**

1. Resta ausente, portanto, a competência do TCE-PI para apreciar o pedido, tendo em vista que não há demonstração de violação a normas de natureza administrativa, patrimonial, orçamentária, financeira ou contábil, mas simples inadimplemento contratual, cuja seara de cobrança é de competência administrativa ou judicial.

**IV. DISPOSITIVO:**

1. Conhecimento. Arquivar.

*Sumário: Denúncia. Prefeitura Municipal de Teresina. Fundação Municipal de Teresina. Exercício 2025. Conhecimento. Arquivar.*

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o Relatório da Diretoria de Fiscalização de Licitações e Contratos (peça 20) e o parecer do Ministério Público de Contas (peça 23), o voto da Relatora (peça 26), e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara, **unânime, concordando** do Parecer Ministerial, nos termos e pelos fundamentos expostos no voto da Relatora, julgou pelo Conhecimento e Arquivar a presente Denúncia para Charles Carvalho Camillo da Silveira e Silvio Mendes de Oliveira Filho, sem recomendação.

**Presidente:** Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros

**Votantes:** Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva, Waltânia Maria Nogueira de Sousa leal Alvarenga, Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, Kleber Dantas Eulálio, Flora Izabel Nobre Rodrigues e Rejane Ribeiro de Sousa Dias..

**Conselheiro Substituto presente:** Jaylson Fabianh Lopes Campelo, Delano Carneiro da Cunha Câmara, Jackson Nobre Veras e Alisson Felipe de Araújo

**Suspeito/ Impedido:** Procurador- Geral Plínio Valente Ramos Neto

**Representante do Ministério Público de Contas presente:** Procurador José Araújo Pinheiro Júnior.

Publique-se e Cumpra-se.

*(assinado digitalmente)*

**Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins**  
Conselheira Relatora

**PROCESSO: TC Nº 009155/2025**

ACÓRDÃO Nº 493/2025 - 2ª CÂMARA

ASSUNTO: DENÚNCIA C/C MEDIDA CAUTELAR EM FACE DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-PI. EXERCÍCIO 2025.

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS-PI

EXERCÍCIO: 2025

DENUNCIANTE: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

DENUNCIADO: NESTOR RENATO PINHEIRO ELVAS, PREFEITO.

RELATORA: LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS

PROCURADORA: RAISSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA

**EMENTA: DENÚNCIA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2025. MUNICÍPIO DE BOM JESUS/PI.**

**I. CASO EM EXAME**

Análise de cláusula editalícia que fixa em 3,70% o limite máximo da taxa de administração cobrada da rede credenciada em contrato de gerenciamento de manutenção de frota.

**II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO**

Verificar a legalidade da limitação da taxa secundária cobrada da rede credenciada e a suficiência da fundamentação técnica utilizada para definição do percentual estipulado.;

**III. RAZÕES DE DECIDIR**

Considerando o inteiro teor do Relatório de Contraditório de origem da Diretoria de Fiscalização de Licitações e Contratações (Peça 22);

Considerando que não restou constatada ilegalidade pela gestão do Município de Bom Jesus quando da condução do Pregão Eletrônico nº 037/2025;

**IV. DISPOSITIVO**

Princípios da legalidade, isonomia, competitividade, planejamento, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa (Lei nº 14.133/2021), à luz da jurisprudência do Tribunal de Contas da União que admite a fixação de teto para a taxa de credenciamento, desde que tecnicamente motivado e sujeito a mecanismos de controle.

*Sumário: Denúncia. Prefeitura Municipal de Bom Jesus. Exercício de 2025. Procedência Parcial. Recomendação.*

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório de contraditório (Peça 22) de origem da Diretoria de Fiscalização de Licitações e Contratações - DFCONTRATOS, o parecer do Ministério Público de Contas (peça 25), o voto da Relatora (Peça 28) e o mais do que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara Virtual, unânime, em consonância com o parecer ministerial, pelo julgamento de Procedência Parcial da denúncia *sub examine* para o Sr. Nestor Renato Pinheiro Elvas. Decidiu ainda a Segunda Câmara Virtual pela expedição de recomendação ao Município de Bom Jesus para que realize estudo técnico que demonstre a adequação do percentual estabelecido às condições de mercado e adote mecanismos de fiscalização que assegurem o efetivo cumprimento da limitação durante a execução contratual em futuros certames com o mesmo objeto

**Presidente:** Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga.

**Votantes:** Presidente, Conselheiro Abelardo Pio Vilanova e Silva, Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins.

**Conselheiro(s) Substituto(s) presente(s):** Delano Carneiro da Cunha Câmara e Alisson Felipe de Araújo.

**Representante do Ministério Público de Contas presente:** Procuradora Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa.

**Publique-se, Cumpra-se.**

Sessão da Segunda Câmara Virtual, em Teresina, 05 de dezembro de 2025.

*(assinado digitalmente)*

**Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins**

Conselheira Relatora

**PROCESSO: TC Nº 009155/2025**

ACÓRDÃO Nº 493-A/2025 - 2ª CÂMARA

ASSUNTO: DENÚNCIA C/C MEDIDA CAUTELAR EM FACE DA GESTÃO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-PI. EXERCÍCIO 2025.

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS-PI

EXERCÍCIO: 2025

DENUNCIANTE: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

DENUNCIADO: SR. LEVI FERREIRA ALIXANDRE, PREGOEIRO.

RELATORA: LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS

PROCURADORA: RAISSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA

EMENTA: DENÚNCIA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2025. MUNICÍPIO DE BOM JESUS/PI.

### **I. CASO EM EXAME**

Análise de cláusula editalícia que fixa em 3,70% o limite máximo da taxa de administração cobrada da rede credenciada em contrato de gerenciamento de manutenção de frota.

### **II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO**

Verificar a legalidade da limitação da taxa secundária cobrada da rede credenciada e a suficiência da fundamentação técnica utilizada para definição do percentual estipulado.;

### **III. RAZÕES DE DECIDIR**

Considerando o inteiro teor do Relatório de Contraditório de origem da Diretoria de Fiscalização de Licitações e Contratações (Peça 22);

Considerando que não restou constatada ilegalidade pela gestão do Município de Bom Jesus quando da condução do Pregão Eletrônico nº 037/2025;

### **IV. DISPOSITIVO**

Princípios da legalidade, isonomia, competitividade, planejamento, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa (Lei nº 14.133/2021), à luz da jurisprudência do Tribunal de Contas da União que admite a fixação de teto para a taxa de credenciamento, desde que tecnicamente motivado e sujeito a mecanismos de controle.

*Sumário: Denúncia. Prefeitura Municipal de Bom Jesus. Exercício de 2025. Procedência Parcial. Recomendação.*

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório de contraditório (Peça 22) de origem da Diretoria de Fiscalização de Licitações e Contratações - DFCONTRATOS, o parecer do Ministério Público de Contas (peça 25), o voto da Relatora (Peça 28) e o mais do que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara Virtual, unânime, em consonância com o parecer ministerial, pelo julgamento de Procedência Parcial da denúncia *sub examine* para o Sr. Levi Ferreira Alixandre. Decidiu ainda a Segunda Câmara Virtual pela expedição de recomendação ao Município de Bom Jesus para que realize estudo técnico que demonstre a adequação do percentual estabelecido às condições de mercado e adote mecanismos de fiscalização que assegurem o efetivo cumprimento da limitação durante a execução contratual em futuros certames com o mesmo objeto

**Presidente:** Conselheira Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga.

**Votantes:** Presidente, Conselheiro Abelardo Pio Vilanova e Silva, Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins.

**Conselheiro(s) Substituto(s) presente(s):** Delano Carneiro da Cunha Câmara e Alisson Felipe de Araújo.

**Representante do Ministério Público de Contas presente:** Procuradora Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa.

Publique-se, Cumpra-se.

Sessão da Segunda Câmara Virtual, em Teresina, 05 de dezembro de 2025.

*(assinado digitalmente)*

**Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins**

Conselheira Relatora

**PROCESSO: TC/012907/2024**

ACÓRDÃO Nº 498/2025 – 2ª CÂMARA

ASSUNTO: MONITORAMENTO DO CUMPRIMENTO DE DECISÃO

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA

RESPONSÁVEL: FELIPE DE CARVALHO RIBEIRO

PROCURADOR: JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR

RELATORA: CONSª. LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. MONITORAMENTO CUMPRIMENTO DE DECISÃO. ARQUIVAR.

**I. CASO EM EXAME:**

1. Trata-se de os autos de Monitoramento referente ao Cumprimento da Decisão do Acórdão nº 199/2025 – SSC, proferido nos autos do processo da Representação, que analisou a legalidade do concurso público nº 001/2024, realizado nos últimos meses do final do respectivo mandato, violando o artigo 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:**

1. Analisa o cumprimento das determinações contidas no Acórdão nº 199/2025.

**III. RAZÃO DE DECIDIR:**

1. Considerando que no presente caso foram cumpridas as determinações previstas no Acórdão nº 199/2025, Arquive-se.

**IV. DISPOSITIVO:**

Conhecimento. Arquivar.

*Sumário: Monitoramento. Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia. Conhecimento. Arquivar. Decisão unânime.*

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o Relatório da Divisão da Fiscalização de Admissão de Pessoal/Diretoria de Fiscalização de Pessoal e Previdência – DFPessoal (peça 46), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 48), o voto da Relatora (peça 52) e o mais que dos autos

consta, decidiu o Plenário, **unânime, em consonância com o Parecer Ministerial e do voto da Relatora**, nos termos e pelos fundamentos expostos, pelo **Arquivamento do presente processo, com fulcro no art. 409, I do Regimento Interno**.

**Presidente:** Conselheiro Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga

**Votantes:** Presidente, Consª. Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara, convocado para votar, neste processo, em substituição ao Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo (que conforme Portaria nº 964/2025, em substituição ao Conselheiro Abelardo Pio Vilanova e Silva).

**Representante do Ministério Público de Contas** presente: Procurador José Araújo Pinheiro Júnior.**Ausente:** Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva (em gozo de férias – Portaria nº 806/2025)

Transcreva-se, Publique-se e Cumpra-se.

Sessão Ordinária Presencial da Segunda Câmara de 10 de dezembro de 2025.

*(assinado digitalmente)***Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins**

Conselheira Relatora

**PROCESSO: TC/009267/2024**

ACÓRDÃO Nº 479/2025 – PLENO

EXTRATO DE JULGAMENTO: 3254.

TIPO: CONTROLE SOCIAL – REPRESENTAÇÃO.

EXERCÍCIO: 2024.

OBJETO: REPRESENTAÇÃO C/C MEDIDA CAUTELAR REF. IRREGULARIDADES NA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 011/2023-SEINFRA (P. A. Nº 0114.000114/2023-77).

REPRESENTANTE: MUNICÍPIO DE UNIÃO/PI (CNPJ: 06.553.606/0001-30)

REPRESENTADO (S): FLÁVIO RODRIGUES NOGUEIRA JÚNIOR (SECRETÁRIO).

ADVOGADO (A)(S): HILLANA MARTINA LOPES MOUSINHO NEIVA DOURADO (OAB-PI 6.544 – S/ PROCURAÇÃO NOS AUTOS); DÉBORAH RENATA ELVAS SOARES (OAB-PI 7.708 – C/ PROCURAÇÃO – PEÇA 43.2).

RELATOR: CONS. KLEBER DANTAS EULÁLIO.

PROCURADOR DO MPC: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS.

PROCESSO JULGADO NA SESSÃO DO PLENO VIRTUAL DE 24/02/2025 A 28/02/2025.

**EMENTA: CONTROLE EXTERNO. DIREITO ADMINISTRATIVO. REPRESENTAÇÃO. POSSÍVEIS**

**IRREGULARIDADES EM CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROCEDÊNCIA.****I. CASO EM EXAME**

Trata-se de Representação com pedido de medida cautelar apresentada pelo Município dando conta a este C. TCE-PI acerca de possíveis irregularidades na condução da Concorrência Pública.

**II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO**

Há duas questões em discussão apontadas pelo Representante a serem apuradas: (i) *O Representado não comunicou o poder executivo local, desrespeitando o princípio da autonomia municipal, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Municipal 622/2014, que regula o Código de Obras do Município de União (...); e; (ii) A duplicidade de licitações para a mesma área de intervenção, demonstrando a falta de coordenação e comunicação entre os órgãos responsáveis, resultando em desperdício de recursos públicos e sobreposição de esforços. (...).*

**III. RAZÕES DE DECIDIR**

a Divisão Técnica (DFINFRA) identificou que, de fato, houve uma sobreposição no planejamento das obras a serem executadas pela SECID e pela SEINFRA, havendo grave erro de planejamento na esfera do Governo do Estado do Piauí, o qual pode resultar em prejuízos ao erário; Sob outro ângulo, restou comprovado o registro da comunicação, via e-mail, da SEINFRA à Prefeitura Municipal, informando a intenção de intervenção nos logradouros listados no Plano de Trabalho Nº 008/TD-4, como restou aclarado no Relatório de Instrução de Peça 28 (Fl. 06). Diante disso, infere-se que como houve a comunicação por parte do órgão estadual (SEINFRA) à, no contexto da Lei Nº 8.200/2023, em tese, não haveria uma conduta irregular praticada pelo Gestor que ensejaria em responsabilização por parte deste C. TCE-PI;

Acerca da cronologia do planejamento das obras pela Secretaria de Estado das Cidades (SECID) e Secretaria de Estado da Infraestrutura (SEINFRA), a DFINFRA apurou a publicação do processo licitatório da SEINFRA (Concorrência nº 011/2023) é anterior à da SECID (Concorrência nº 03/2024);

Considerando a análise da equipe técnica e parecer ministerial concluindo pela procedência da representação em comento, sem aplicação de multa, uma vez que a publicação do processo licitatório

da SEINFRA (Concorrência nº 011/2023) é anterior à da SECID (Concorrência nº 03/2024), bem assim por tratar-se de objeto comprovadamente executado.

**IV. DISPOSITIVO E TESE**

Procedência da Representação.

Dispositivos relevantes citados: RI/TCEP, artigos 1º, inciso XVIII, 358; CF, artigo 37, caput.

*Sumário: Representação. P.M. de União/PI. SEINFRA. SECID. Exercício 2024. Procedência. Em consonância com o Parecer Ministerial. Sem Aplicação de Multa. Determinação. Alerta. Decisão Unânime.*

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a apresentação da Representação às peças 02/12, a certidão de Transcurso de Prazo da Divisão de Comunicação Processual, da peça 22, o Relatório de Representação emitido pela Secretaria de Controle Externo – SECEX - Diretoria de Fiscalização de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano - II Divisão Técnica, peça 28, o relatório de Instrução Secretaria de Controle Externo – SECEX - Diretoria de Fiscalização de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano - II Divisão Técnica, peça 45, o Parecer do Ministério Público de Contas à peça 46, e conforme os fundamentos expostos no voto do Relator Cons. Kleber Dantas Eulálio à peça 53, e o mais que dos autos consta, o Pleno Virtual, **por unanimidade dos votos**, em consonância parcial com o parecer ministerial, **julgou procedente** a presente Representação para Flavio Rodrigues Nogueira Junior, **sem aplicação de multa**.

Decidiu, também, a Primeira Câmara, unânime, pela **Expedição de Determinação**, nos termos do inciso XVIII, do artigo 1º, do RI/TCEPI, **à Secretaria Estadual das Cidades (SECID) para que comprove, perante este C. TCE-PI, no prazo de 30 (Trinta) dias, a exclusão da Rua Pedrinhas do Contrato 56/2024 – SECID**, a fim de se evitar possível superfaturamento por quantidade, visto que o logradouro já foi executado pela SEINFRA.

Decidiu, também, a Primeira Câmara, unânime, pela **Emissão de Alerta à Secretaria de Governo do Estado do Piauí (SEGOV)**, com base no Art. 358 do Regimento Interno deste Tribunal, **para que adote providências no sentido de aprimorar a coordenação entre as Secretarias Estaduais**, de modo a evitar a reincidência de sobreposição de obras e a consequente ineficiência no uso dos recursos públicos.

**Presidente: Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros**

**Votantes:** Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva, Waltânia Maria Nogueira de Sousa leal Alvarenga, Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, Kleber Dantas Eulálio, Flora Izabel Nobre Rodrigues e Rejane Ribeiro de Sousa Dias.

**Conselheiro(s) Substituto(s) presente(s):** Jaylson Fabianh Lopes Campelo, Delano Carneiro da Cunha Câmara, Jackson Nobre Veras e Alisson Felipe de Araújo.



**Representante do Ministério Público de Contas presente:** Procurador-Geral Plínio Valente Ramos Neto.

Sessão Ordinária do Pleno Virtual, em Teresina, 28/11/2025.

Publique-se. Cumpra-se.

(assinado digitalmente)

**Cons. Kleber Dantas Eulálio**

Relator

**PROCESSO: TC/014138/2025**

ACÓRDÃO Nº 512/2025 – 1ª CÂMARA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

OBJETO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO (REGRA DE TRANSIÇÃO DA EC Nº 47/05 – ART. 12 DA LEI MUNICIPAL Nº 400/09 E O ART. 3º DA EC Nº 47/05).

INTERESSADO: MARIA NAUDA DE SOUSA.

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SÃO JULIÃO.

RELATOR: KLEBER DANTAS EULÁLIO.

PROCURADOR: JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR.

SESSÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL DA PRIMEIRA CÂMARA DE 09-12-2025.

EMENTA: CONTROLE EXTERNO. direito previdenciário. DIREITO PROCESSUAL. APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. REGISTRO.

### I. CASO EM EXAME

1. Aposentadoria por idade e tempo de contribuição.

### II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

2. Há duas questões em discussão: (i) Conferir se a documentação enviada está apta para apreciação por esta corte de contas; ii) Conferir se há impedimento para o registro do ato concessório conforme legislação aplicável ao caso.

### III. RAZÕES DE DECIDIR

3. Não há impedimento para o registro do ato, conforme o Acórdão

nº401/2022 – SPL, que determinou a modulação dos efeitos da Súmula TCE/PI nº 05/2010 sobre os atos de aposentadoria submetidos a julgamento desta Corte.

### IV. DISPOSITIVO

4. Registro do Ato Concessório.

Normativo e jurisprudência relevantes citados: 49, incisos I, II, III e IV, § 2º, inciso I e § 3º, inciso I, do ADCT da CE/89, acrescentado pela EC n.º 54/19. Súmula TCE/PI nº 05/2010.

*Sumário: Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição. Registro do Ato Concessório. Divergindo do Ministério Público de Contas. Decisão por Unanimidade.*

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o Relatório da Divisão de Fiscalização de Aposentadorias, Reformas e Pensões – DFPESSOAL 3 (peça 3), o parecer do Ministério Público de Contas-MPC (peça 4), e o mais que dos autos consta, decidiu a 1ª Câmara, **unânime**, divergindo do parecer ministerial, conforme e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça 12), nos seguintes termos:

Pelo **REGISTRO** da **Portaria GP nº 023/2024**, de 18/03/2024 (fl. 14/15 da peça 01), publicada no Diário Oficial dos Municípios em 21/03/2024 (fls. 16 da peça 01), concessiva de **Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição (Regra de Transição da EC nº 47/05)**, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 400/09 e o art. 3º da EC nº 47/05, com proventos mensais no valor de R\$ 6.183,77 (seis mil cento e oitenta e três reais e setenta e sete centavos), considerando a mudança de paradigma no âmbito desta Corte de Contas, materializado no Acórdão nº 401/2022 (TC/019500/2021), que modulou os efeitos da Súmula nº 05/2010 do TCE/PI, e em atenção os princípios da segurança jurídica, da boa-fé, da dignidade da pessoa humana e do caráter contributivo do regime previdenciário (art. 40, da CF/88).

**Presidente da Sessão:** cons<sup>a</sup>. Rejane Ribeiro Sousa Dias.

**Votantes:** Presidente; Kleber Dantas Eulálio; e cons. Substituto Jackson Nobre Veras, convocado para substituir, nesse processo, a cons.<sup>a</sup> Flora Izabel Nobre Rodrigues.

**Representante do Ministério Público de Contas presente:** Procurador Márcio André Madeira de Vasconcelos.

**Ausente(s):** cons.<sup>a</sup> Flora Izabel Nobre Rodrigues; e Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo (em viagem a serviço do TCE/PI – Portaria nº 965/2025).

Publique-se. Cumpra-se.

Sessão Ordinária Presencial da Primeira Câmara em Teresina, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)

**Cons. Kleber Dantas Eulálio**

Relator

Nº PROCESSO: TC/007129/2025

ACÓRDÃO Nº 514/2025 – 1ª CÂMARA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

INTERESSADO: JOSÉ RAIMUNDO SOARES

RELATORA: FLORA IZABEL NOBRE RODRIGUES

PROCURADORA: RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA

PROCESSO JULGADO NA SESSÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL Nº 20 DE 9 DE DEZEMBRO DE 2025

EMENTA: CONTROLE EXTERNO. DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. REGRA DA EC Nº 41/2003. TRANSPOSIÇÃO DE CARGOS. SÚMULA TCE-PI Nº 05/2010. ANÁLISE DO CASO CONCRETO. REGISTRO DO ATO CONCESSÓRIO.

#### I. CASO EM EXAME

1. Analisar o ato de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição com fundamento no art. 6º, incisos I a IV, da EC nº 41/2003 e com garantia de paridade.

#### II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

2. Há duas questões em discussão: (i) conferir se a documentação enviada está apta para apreciação por esta corte de contas; ii) conferir se há impedimento para o registro do ato concessório, especialmente no que diz respeito ao fato de o servidor ter ingressado no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, sem prévia aprovação em concurso público, o que feriria o disposto no art. 37, II da CF/88.

#### III. RAZÕES DE DECIDIR

3. Considerando os princípios da boa-fé, segurança jurídica, dignidade da pessoa humana e contributividade previdenciária; eventuais questionamentos acerca da forma de ingresso no serviço público devem ser mitigados em razão do novo posicionamento deste Tribunal, em sessão plenária extraordinária de 25 de agosto de 2022, no processo nº TC/019500/2021 e Acórdão nº 401 - SPL, que determinou a modulação

do efeito da Súmula TCE/PI nº 05/10 sobre os atos de aposentadoria submetidos a julgamento deste Tribunal.

#### IV. DISPOSITIVO

4. Registro do ato concessório do benefício de aposentadoria, conforme o art. 197, II, do Regimento Interno deste Tribunal.

Dispositivos relevantes citados: Artigo 6º, I, II, III e IV da EC nº 41/2003; Súmula TCE nº 05/10; e art. 197, II, do Regimento Interno deste Tribunal.

*Sumário: Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição. Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí/Fundação Piauí Previdência. Registro. Decisão Unânime.*

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em sessão presencial, considerando o Relatório da Divisão de Fiscalização de Aposentadorias, Reformas e Pensões – DFPESSOAL 3 (peça 3), os pareceres do Ministério Público de Contas (peça 4 e 8), o voto da Relatora (peça 13), e o mais que dos autos consta; decidiu a Primeira Câmara, unânime, contrariando o parecer ministerial, **REGISTRO da Portaria GP nº 0930/2025 – PIAUIPREV**, de 29/05/2025 (fl. 185 da peça 1), publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí nº 104/2025, de 3 de junho de 2025 (fls. 187/188 da peça 1), conforme o art. 197, II, do Regimento Interno deste Tribunal, que aposenta **José Raimundo Soares**, com proventos de **R\$ 13.622,59** (treze mil, seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta e nove centavos) mensais, considerando o posicionamento deste Tribunal, em sessão plenária extraordinária de 25 de agosto de 2022 (processo nº TC/019500/2021, acórdão 401 - SPL, que determinou a modulação do efeito da Súmula TCE/PI nº 05/10 sobre os atos de aposentadoria submetidos a julgamento deste Tribunal) e os princípios da boa-fé, segurança jurídica, dignidade da pessoa humana e contributividade previdenciária.

**Presidenta:** Cons.<sup>a</sup> Rejane Ribeiro Sousa Dias.

**Votantes:** Presidente; Cons. Kleber Dantas Eulálio; e Cons.<sup>a</sup> Flora Izabel Nobre Rodrigues.

**Conselheiro(s) Substituto(s) presente(s):** Jackson Nobre Veras.

**Representante do Ministério Público de Contas presente:** Procurador Márcio André Madeira de Vasconcelos.

**Ausente(s):** Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo (em viagem a serviço do TCE/PI – Portaria nº 965/2025).

Publique-se. Cumpra-se.

Sessão Ordinária Presencial da 1ª Câmara, em Teresina (PI), 09 de dezembro de 2025.

*(assinado digitalmente)*

**Cons.<sup>a</sup> Flora Izabel Nobre Rodrigues**

RELATORA

**PROCESSO Nº TC/007382/2025**

ACÓRDÃO Nº 517/2025 – 1ª CÂMARA

ASSUNTO: DENÚNCIA REFERENTE A POSSÍVEL INADIMPLEMENTO CONTRATUAL PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERESINA/PI (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025)

DENUNCIANTE: UNIÃO COMERCIAL DE ARTIGOS DA SAÚDE LTDA., REPRESENTADA POR SEU ADMINISTRADOR, DOGLAS CAETANO NUNES RIBEIRO.

DENUNCIADO: MUNICÍPIO DE TERESINA – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, REPRESENTADO POR SUA PRESIDENTE, LEOPOLDINA CIPRIANO FEITOSA.

ADVOGADO: JOSÉ LUIZILLO FREDERICO JÚNIOR – OAB/PI Nº 7.092 (PROCURADOR DO MUNICÍPIO)

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO JACKSON NOBRE VERAS

PROCURADOR: PLÍNIO VALENTE RAMOS NETO

SESSÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL DA 1ª CÂMARA Nº 20, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025

EMENTA: CONTROLE EXTERNO. ADMINISTRATIVO. DENÚNCIA POR INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. IMPROCEDÊNCIA. DÉBITOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (DEA) EM FASE DE ANÁLISE. AUSÊNCIA DE NEGAÇÃO DE PAGAMENTO OU INDÍCIOS DE MÁ-FÉ.

**I. CASO EM EXAME**

1. Trata-se de denúncia apresentada pela empresa UNIÃO COMERCIAL DE ARTIGOS DA SAÚDE LTDA. em face da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERESINA – FMS, alegando inadimplemento contratual relativo ao fornecimento de materiais médico-hospitalares, com base em sete notas fiscais em aberto. A denunciante alega ofensa aos princípios da eficiência, economicidade e ordem cronológica de pagamentos, além de enriquecimento ilícito por parte da administração.

**II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO**

2. A questão central consiste em verificar se a conduta da FMS, ao não realizar o pagamento dos créditos pleiteados dentro do prazo esperado pela denunciante, configura ilegalidade ou omissão injustificada passível de correção pelo Tribunal de Contas, nos termos do art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

**III. RAZÕES DE DECIDIR**

3. O Relator, após análise dos autos, incluindo a defesa apresentada pela FMS, o relatório técnico da Diretoria de Fiscalização de Licitações e Contratos – DECONTRATOS e o parecer do Ministério Público de Contas, conclui pela improcedência da denúncia, pelas seguintes razões:

a) A FMS, em sua defesa, reconheceu a existência dos débitos, esclarecendo que se trata de débitos de exercícios anteriores – DEA, os quais estão sob reavaliação e análise dos processos de pagamento pela Controladoria do Município, conforme procedimento administrativo interno de auditoria e regularização;

b) Não há nos autos qualquer elemento que caracterize negativa de pagamento por parte da gestão ou indícios de má-fé, dolo ou intenção de inadimplemento definitivo. A demora ocorre no âmbito de procedimento administrativo de controle interno;

c) Conforme destacado pelo Ministério Público de Contas, não se configura o inadimplemento contratual nos termos do art. 115, caput, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a Administração Pública está adotando as medidas cabíveis para a apuração e liquidação dos débitos, sem omissão injustificada.

d) A pretensão da denunciante refere-se a direito subjetivo de crédito, cuja discussão e execução devem ser buscadas, em primeira via, na esfera administrativa direta ou, subsidiariamente, na via judicial, não competindo a este Tribunal de Contas determinar o pagamento de débitos contratuais em processos de sua cognição, salvo quando configurada ilegalidade manifesta, o que não é o caso.

**IV. DISPOSITIVO**

4. A Primeira Câmara, reunida em Sessão Ordinária Presencial, por unanimidade dos votos, em consonância com o parecer ministerial e com os fundamentos expostos no voto do Relator (peça nº 26), DECIDE:

a) Pela IMPROCEDÊNCIA da denúncia formulada pela UNIÃO COMERCIAL DE ARTIGOS DA SAÚDE LTDA. em face da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERESINA/PI;

Legislação relevante citada: Legislação relevante citada: Art. 71 da Constituição Federal; Lei nº 14.133/2021; e Resolução TCE/PI nº 13/2011.

*Sumário: Denúncia. Fundação Municipal de Saúde de Teresina. Exercício 2025. Improcedência. Arquivamento.*

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a Decisão Monocrática nº 172/2025-GJV (peça 4), o Relatório de Contraditório da Diretoria de Fiscalização de Licitações e Contratações – DFCONTRATOS (peça 15), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 18), e o mais que dos autos consta, decidiu a 1ª Câmara, unânime, de acordo com o parecer ministerial, conforme e pelos fundamentos expostos no voto do Relator (peça 26), nos seguintes termos:

a) pela **IMPROCEDÊNCIA** da denúncia, em razão da não configuração da ocorrência mencionada no item 3.1 do parecer ministerial.

**Presidente:** Cons.<sup>a</sup> Rejane Ribeiro Sousa Dias.

**Votantes:** Presidente; Cons. Kleber Dantas Eulálio; e Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, convocado para substituir, nesse processo, a Cons.<sup>a</sup> Flora Izabel Nobre Rodrigues.

**Representante do Ministério Público de Contas presente:** Procurador Márcio André Madeira de Vasconcelos.

**Ausente(s):** Cons.<sup>a</sup> Flora Izabel Nobre Rodrigues; e Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo (em viagem a serviço do TCE/PI – Portaria nº 965/2025).

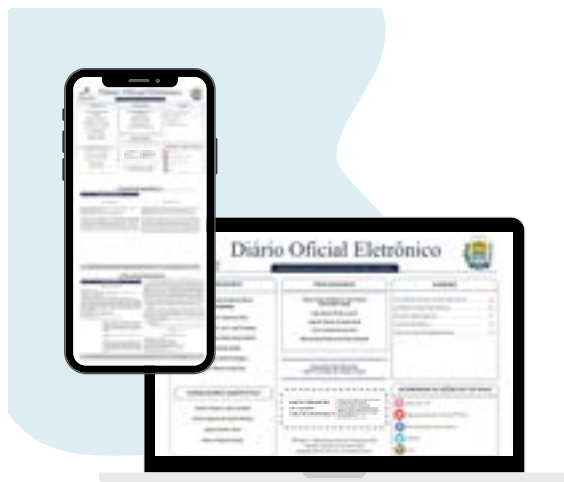
Publique-se e Cumpra-se.

Sessão Ordinária Presencial da 1ª Câmara, em Teresina, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)

**Conselheiro Substituto Jackson Nobre Veras**

Relator



## ACESSE O DOE TCE-PI NO SITE

www.tcepi.tc.br

O Diário Oficial Eletrônico é o veículo oficial de publicação, divulgação e comunicação dos atos processuais e administrativos do TCE-PI

SUA VEICULAÇÃO É DIÁRIA, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA



## DECISÕES MONOCRÁTICAS

**PROCESSO: TC Nº 014982/2025**

### DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE.

INTERESSADO(A)(S): ANTÔNIO DE ARAÚJO TEIXEIRA,.

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA.

PROCURADOR(A): MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS.

RELATOR: CONS. KLEBER DANTAS EULÁLIO.

DECISÃO 404/2025 – GKE.

Trata-se de **Pensão por Morte**, concedida ao Sr. **Antônio de Araújo Teixeira**, CPF nº 077.\*\*\*\*\*, na condição de esposo da servidora falecida **Maria Alcionôra Caldas Teixeira**, CPF nº 022.\*\*\*\*\*, outrora ocupante do cargo de Professor 40hrs, Classe B, Nível IV, inativa, matrícula nº 0475688, vinculada à Secretaria da Educação do Estado do Piauí, falecido em 26/08/2025 (certidão de óbito à fl. 12, Peça 01).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Divisão de Fiscalização de Aposentadoria, Reformas e Pensões – FPPESSOAL3 (Peça 03), com o Parecer Ministerial nº 2025MA0802 (Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno **julgar legal a Portaria GP Nº 2115/2025/PIAUIPREV (Fl. 164, peça 01)**, publicada no Diário Oficial do Estado nº 221 em 17/01/2025 (Fls. 167/168, peça 01), concessiva de benefício de Pensão por Morte, com efeitos retroativos à 26/08/2025, nos termos do **art. 40, §7º da CF/88 com redação da EC nº 103/19 e 52 § 1º e § 2º do ADCT da CE/89, acrescido pela EC nº 54/19 c/c art. 121 e seguintes da LC nº 13/94 e com o Decreto Estadual nº 16.450/16**, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso IV do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de **R\$ 3.073,93 (Três mil e setenta e três reais e noventa três centavos)**.

Encaminhem-se à Divisão de Apoio à 1ª Câmara (DAC1), para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio à SPJ/DGESP/DSP/SAG Seção de Arquivo Geral para devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Kleber Dantas Eulálio, em Teresina, data da assinatura digital.

(assinado digitalmente pelo sistema)

**KLEBER DANTAS EULÁLIO**

Conselheiro

PROCESSO: TC Nº 014541/2025.

## DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

INTERESSADO (A): VALDECEMA AMARO DOS SANTOS DE SOUSA LIMA.

PROCEDÊNCIA: FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE FLORIANO-PI.

RELATOR: KLEBER DANTAS EULÁLIO.

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS.

DECISÃO 405/2025 – GKE.

Trata-se de **Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição** concedido à servidora **Valdecema Amaro dos Santos de Sousa Lima**, CPF nº 433\*\*\*\*\*, ocupante do cargo de Professora, Classe “C”, Nível IV, Matrícula nº 200116, da Secretaria de Educação de Floriano-PI, Ato Concessório publicado no Diário Oficial das Prefeituras Piauienses nº 751, em 21/06/2024 (Fl. 34, peça 01).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Divisão de Fiscalização de Aposentadorias, Reformas e Pensões – DFPESSOAL 3 (Peça 04), com o Parecer Ministerial nº 2025MA0788 (Peça 05), **DECIDO**, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno **julgar legal a PORTARIA/GAB/PMF Nº 428/2024 (fls. 32/33, peça 01)**, concessiva de aposentadoria à requerente, em conformidade com o art. 7º, §§ 1º, 2º, inciso I e § 3º, inciso I da LCM nº 29/22, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de **R\$ 4.787,08 (Quatro mil, setecentos e oitenta e sete reais e oito centavos)**.

Encaminhem-se à Divisão de Apoio à 1ª Câmara (DAC1), para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio à SPJ/DGESP/DSP/SAG Seção de Arquivo Geral para devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Kleber Dantas Eulálio, em Teresina, data da assinatura digital.

(assinado digitalmente)

**KLEBER DANTAS EULÁLIO**

Conselheiro Relator

PROCESSO: TC Nº 014358/2025

## DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

INTERESSADO (A): IOLANDA AMORIM LOUREIRO DE CARVALHO.

PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA.

RELATOR: KLEBER DANTAS EULÁLIO.

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS.

DECISÃO 406/2025 – GKE.

Trata-se de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição** concedido à servidora **Iolanda Amorim Loureiro de Carvalho**, CPF nº 689\*\*\*\*\*, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo, nível PL-ATL-R, matrícula nº 495, da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, Ato Concessório publicado no Diário Oficial do Estado nº 213, em 05/11/2025 (Fls. 167/168, peça 01).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Divisão de Fiscalização de Aposentadorias, Reformas e Pensões – DFPESSOAL 3 (Peça 03), com o Parecer Ministerial nº 2025MA0800 (Peça 04), **DECIDO**, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno **julgar legal a Portaria GP nº 2038/2025 - PIAUIPREV (fl. 166, peça 01)**, concessiva de aposentadoria à requerente, em conformidade com o artigo 3º, incisos I, II, III e § único da Emenda Constitucional nº 47/2005, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de **R\$ 8.695,55 (Oito mil, seiscentos e noventa e cinco reais e cinquenta e cinco centavos)**.

Encaminhem-se à Divisão de Apoio à 1ª Câmara (DAC1), para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio à SPJ/DGESP/DSP/SAG Seção de Arquivo Geral para devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Kleber Dantas Eulálio, em Teresina, data da assinatura digital.

(assinado digitalmente)

**KLEBER DANTAS EULÁLIO**

Conselheiro Relator



PROCESSO: TC Nº 015149/2025

Nº PROCESSO: TC/017165/2021

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.

INTERESSADO (A): JACIMIRA BARROS FRANCO RODRIGUES.

PROCEDÊNCIA: FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA-PI.

RELATOR: KLEBER DANTAS EULÁLIO.

PROCURADOR: JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR.

DECISÃO 407/2025 – GKE.

Trata-se de **Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição** concedido à servidora **Sra. Jacimira Barros Franco Rodrigues**, CPF nº 744\*\*\*\*\*, servidora ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 2882-1, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em Antônio Almeida-PI, Ato Concessório publicado no Diário Oficial dos Municípios, em 02/12/2025 (Fl. 39, peça 01).

Considerando a consonância da informação apresentada pela Divisão de Fiscalização de Aposentadorias, Reformas e Pensões – DFPESSOAL 3 (Peça 04), com o Parecer Ministerial nº 2025JA0741-FB (Peça 05), **DECIDO**, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução 13/11 – Regimento Interno **julgar legal a PORTARIA Nº 309/2025 (fls. 37/38, peça 01)**, concessiva de aposentadoria à requerente, em conformidade com o **art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 327/2022 c/c art. 10, §1º, inciso I, da EC nº 103/2019, conforme Processo Administrativo nº 007/2025**, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II do Regimento Interno, com proventos mensais no valor de **R\$ 1.518,00 (Um mil, quinhentos e dezoito reais)**.

Encaminhem-se à Divisão de Apoio à 1ª Câmara (DAC1), para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio à SPJ/DGESP/DSP/SAG Seção de Arquivo Geral para devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Kleber Dantas Eulálio, em Teresina, data da assinatura digital.

*(assinado digitalmente)*

**KLEBER DANTAS EULÁLIO**

Conselheiro Relator

REPUBLICAÇÃO

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: DENÚNCIA

UNIDADE GESTORA: P. M. DE CURRALINHOS (EXERCÍCIO DE 2021)

DENUNCIANTE: SÍLVIO EVERINO VIANA DE CASTRO (AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL)

DENUNCIANTE: EVERARDO LIMA ARAÚJO (PREFEITO)

ADVOGADA: NADYA MAYARA PAZ COSTA (OAB Nº 14.272) – PROCURAÇÃO NA PEÇA 21.2

INTERESSADO: EDVAN MARTINS DE RESENDE (GESTOR DO RPPS)

RELATORA: FLORA IZABEL NOBRE RODRIGUES

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO JÚNIOR

Nº DECISÃO: 385/2025-GFI

RELATÓRIO

Trata-se de processo instaurado a partir de comunicação encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí pela Receita Federal do Brasil em seu Ofício nº 6002/2021 – GABIN/GABIN/RFB da Superintendência Regional da 3ª Região Fiscal, posteriormente homologado pelo Ofício nº 342/2021 – GABIN/GABIN/RFB/PI, dando ciência da possível ocorrência de irregularidades previdenciárias praticadas no Município de Curralinhos, atinentes à gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Conforme consignado nos documentos de origem, a Receita Federal, no exercício de sua competência fiscalizatória, verificou inconsistências relacionadas ao cumprimento dos acordos de parcelamento de débitos previdenciários e ausência de migração atualizada das informações do RPPS no sistema CADPREV Web, circunstâncias que, segundo o órgão federal, poderiam comprometer o envio das informações previdenciárias e a regularidade fiscal do ente perante o Cadastro Único de Convênios – CAUC e demais sistemas de controle interfederativo.

A comunicação noticiou que o Município não teria realizado o pagamento de parcelas dos acordos de parcelamento firmados com a União, o que configuraria inadimplemento capaz de gerar o rompimento dos termos pactuados.

Indicou, ainda, que o Município permaneceria alimentando informações previdenciárias no sistema obsoleto CADPREV INTRA, não tendo concluído a migração para o CADPREV Web, plataforma atualmente exigida para fins de registro, rastreabilidade e conformidade atuarial do regime próprio.

Em razão da natureza das ocorrências, a Receita Federal requereu a adoção das providências de competência desta Corte, a fim de verificar a existência de eventual irregularidade, bem como identificar eventuais responsáveis por omissão ou descumprimento de dever funcional.

O processo foi devidamente autuado e distribuído, tendo sido determinada a remessa à Divisão de Fiscalização de Pessoal (DFPESSOAL) para a instrução inicial. A unidade técnica, após análise dos dados recebidos, procedeu à verificação das supostas irregularidades, concluindo que, de fato, houve atraso no pagamento

de algumas parcelas dos acordos de parcelamento, e que a migração para o sistema CADPREV Web não havia sido concluída no momento da comunicação.

Contudo, também assinalou que, no curso da instrução, foram juntados documentos demonstrando que o Município havia regularizado as pendências perante a Receita Federal, retomando o adimplemento das parcelas e comunicando formalmente a migração das informações previdenciárias para a plataforma atualizada. A DFPESSOAL ressaltou, ainda, que não havia dano ao erário identificado, limitando-se as ocorrências a falhas de natureza operacional e atrasos posteriormente corrigidos.

O Ente Público apresentou defesa escrita, na qual reconheceu a existência de atraso ocasional no pagamento das parcelas, justificando que tal ocorrência se deu em razão de dificuldades financeiras enfrentadas pelo Município naquele período.

Alegou, ainda, que o atraso foi regularizado, e que a migração para o CADPREV Web foi devidamente realizada após exigências técnicas do próprio Ministério da Previdência, não havendo dolo, má-fé ou prejuízo efetivo ao patrimônio público.

Superada esta fase, os autos foram remetidos ao Ministério Público de Contas, que, em parecer fundamentado, opinou pelo arquivamento da comunicação de irregularidade, uma vez que as falhas inicialmente apontadas foram sanadas, inexistindo dano ao erário, lesão a interesse público específico, ou qualquer conduta que justificasse aplicação de penalidade.

O Parquet concluiu que se tratavam de falhas conjunturais, próprias da execução administrativa e sem repercussão patrimonial, não sendo razoável a imposição de sanções.

É o relatório.

### FUNDAMENTAÇÃO

A avaliação da responsabilidade administrativa perante esta Corte exige a compreensão do regime jurídico aplicável às irregularidades previdenciárias comunicadas pela Receita Federal do Brasil, de modo a permitir a adequada aplicação dos princípios constitucionais da legalidade, proporcionalidade, razoabilidade, eficiência, responsabilidade fiscal e segurança jurídica.

O caso em análise não trata propriamente de omissão deliberada ou de ação administrativa orientada à burla de deveres previdenciários, mas de situações que se configuram inicialmente como irregularidades formais e operacionais, posteriormente sanadas no curso da instrução, o que impõe este Tribunal a necessidade de ponderação quanto à aplicação de penalidades.

O exame dos autos revela que as ocorrências previdenciárias comunicadas pela Receita Federal derivaram, em grande medida, de fatores conjunturais relacionados ao fluxo financeiro municipal e à adaptação ao novo ambiente digital de alimentação de dados do RPPS, especialmente no que concerne ao sistema CADPREV Web.

O atraso no pagamento de parcelas de acordos previdenciários (ainda que tecnicamente constitua descumprimento do cronograma pactuado) não se traduz automaticamente em violação sancionável quando demonstrado que não houve intenção de frustrar o cumprimento da obrigação e que o ente municipal retomou tempestivamente o adimplemento, regularizando sua situação fiscal.

Da mesma forma, a falta de migração imediata ao CADPREV Web, embora constitua descumprimento administrativo, não se caracteriza como irregularidade grave quando comprovado que a atualização foi realizada tão logo o Município reuniu condições técnicas e estruturais para fazê-lo.

O Tribunal tem reiteradamente entendido que a responsabilização sancionadora deve observar o princípio da tipicidade administrativa em sentido lato, segundo o qual somente é possível impor multa ou outra punição

quando devidamente caracterizados os elementos objetivos e subjetivos da infração, considerando-se especialmente o dolo ou culpa grave.

A análise dos autos não evidencia a presença desses elementos. Não há demonstração de que o Prefeito tenha agido com intenção de descumprir obrigações previdenciárias ou causado deliberadamente qualquer prejuízo ao regime próprio.

Ao contrário, a documentação apresentada demonstra atuação administrativa no sentido de corrigir as falhas, restabelecer o adimplemento e promover a migração das informações ao sistema exigido pelos órgãos federais.

Outro ponto essencial a considerar é a ausência de dano ao erário. A jurisprudência consolidada deste Tribunal e do Tribunal de Contas da União estabelece que a mera existência de falha formal, desacompanhada de prejuízo material, não conduz automaticamente à responsabilização sancionadora.

Debilidades operacionais, desde que corrigidas e não reincidentes, se enquadram na categoria de falhas de menor potencial ofensivo, cujo tratamento mais adequado é a emissão de recomendações, e não de sanções pecuniárias, essa orientação está amparada nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade, evitando a imposição de penalidades que não guardem relação com a gravidade concreta da conduta.

O Ministério Público de Contas, ao examinar os autos, ressaltou justamente a inexistência de dano, a posterior regularização das pendências e a ausência de dolo ou culpa grave. Em tal contexto, a manutenção de sanção significaria divorciar a decisão dos elementos concretos comprovados no processo, substituindo a análise técnica por uma punição desprovida de fundamento jurídico adequado.

Este Tribunal não deve operar dessa forma, sob pena de comprometer a coerência e a racionalidade de suas decisões e criar precedente adverso ao modelo de responsabilização baseado em gravidade, repercussão e lesividade.

Destaco também que o Diretor do RPPS não apresentou defesa, mas sua inércia não tem o condão de, por si só, gerar presunção absoluta de responsabilidade. A responsabilidade sancionadora deve ser analisada de acordo com sua participação nos fatos e com os elementos objetivos e subjetivos da conduta.

No caso concreto, mesmo diante de sua ausência de manifestação, não se verificam atos que revelem dolo, culpa grave, desvio de finalidade, prejuízo ao erário ou qualquer comportamento que ultrapasse o limite das falhas administrativas. A simples ausência de defesa não preenche, por si só, os requisitos para aplicação de multa.

O MPC, apoiado nos dados do órgão fiscalizador, também não recomendou qualquer penalidade, limitando-se a registrar os fatos e demonstrar sua posterior correção, o que reforça a ausência de elementos sancionáveis, assim, somando-se todas essas considerações, inexistência de dano, saneamento tempestivo, ausência de dolo, ausência de repercussão patrimonial, orientação técnica e parecer ministerial pelo arquivamento. Concluo que não há fundamento jurídico ou fático apto a justificar condenação dos responsáveis.

### DECISÃO

Consoante o exposto acima, decido, convergindo com o parecer do Ministério Público de Contas, pelo arquivamento da denúncia, com fulcro no art. 236-A do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

*(assinado digitalmente)*

**Cons.<sup>a</sup> Flora Izabel Nobre Rodrigues**

RELATORA

N.º PROCESSO: TC/013889/2025

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: TRANSFERÊNCIA EX OFFICIO PARA A RESERVA REMUNERADA

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

INTERESSADO: FRANCISCO CLEMENTE DA SILVA

RELATORA: FLORA IZABEL NOBRE RODRIGUES

PROCURADORA: RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA

Nº. DECISÃO: 388/2025- GFI

Trata-se de Transferência, ex officio, para a Reserva Remunerada concedida ao servidor Francisco Clemente da Silva, CPF nº 218.\*\*\*.\*\*\*-\*\*, Capitão, Matrícula nº 0137707, lotado no Polícia Militar do Estado do Piauí, com arrimo no art. 88, III e § 2º do art. 59-A da Lei nº 3.808/81.

Considerando a informação da Divisão de Fiscalização de Aposentadorias, Reformas e Pensões–DFPESSOAL-3 atestando a regularidade do ato concessório de transferência ex officio para a reserva remunerada (Peça nº 3) e o parecer ministerial, opinando pelo registro (peça nº 4), **DECIDO**, com fulcro no artigo 246, II, c/c art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, **JULGAR LEGAL** a **Decreto Governamental sem numeração** (fls. 228, peça 1), datada de 28 de Outubro de 2025, publicada no **Diário Oficial do Estado do Piauí – nº 210**, (fl. 34, peça 1), **datado de 31 de outubro de 2025**, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso III, do Regimento Interno, com proventos no valor de **R\$ 10.957,78 (dez mil novecentos e cinquenta e sete reais e setenta e oito centavos)** mensais.

Encaminhem-se à Divisão de Apoio a Primeira Câmara (DAC1), para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio à SPJ/DGESP/DSP/SAG Seção de Arquivo Geral para devolução ao órgão de origem.

Teresina-PI, 11 de dezembro de 2025.

*(assinado digitalmente)***Cons.<sup>a</sup> Flora Izabel Nobre Rodrigues**

RELATORA

N.º PROCESSO: TC/014060/2025

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE

ÓRGÃO DE ORIGEM: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TERESINA (IPMT)

INTERESSADO: CANUDO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO

RELATORA: FLORA IZABEL NOBRE RODRIGUES

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

Nº. DECISÃO: 389/2025- GFI

Trata-se de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade concedida ao servidor Canuto José de Oliveira Neto, CPF nº 079\*\*\*\*\*, Assistente Técnico Administrativo, especialidade Auxiliar de Administração, referência “C6”, matrícula nº 000191, da Secretaria Municipal de Finanças - SEMF, com arrimo nos arts. 6º e 7º, da EC nº 41/03 c/c art. 2º, da EC nº 47/05.

Considerando a informação da Divisão de Fiscalização de Aposentadorias, Reformas e Pensões–DFPESSOAL-3, (Peça nº 6) atestando a regularidade do ato concessório de aposentadoria e o parecer ministerial, opinando pelo registro (peça nº 7), **DECIDO**, com fulcro no artigo 246, II, c/c art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, **JULGAR LEGAL** a Portaria Nº 340/2025 – PREV/IPMT (fls. 04 peça 4), datada de 01 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios – Ano 2025 – nº 4.126 (fl. 08, peça 04), datado de 23 de outubro de 2025, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II, do Regimento Interno, com proventos no valor de R\$ 9.135,88 (nove mil cento e trinta e cinco reais e oitenta e oito centavos) mensais.

Encaminhem-se à Divisão de Apoio a Primeira Câmara (DAC1), para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio à SPJ/DGESP/DSP/SAG Seção de Arquivo Geral para devolução ao órgão de origem.

Teresina-PI, 12 de dezembro de 2025.

*(assinado digitalmente)***Cons.<sup>a</sup> Flora Izabel Nobre Rodrigues**

RELATORA

N.º PROCESSO: TC/014810/2025

## DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

INTERESSADO: FRANCISCO DAS CHAGAS RIBEIRO DE SOUSA

RELATORA: FLORA IZABEL NOBRE RODRIGUES

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

Nº DECISÃO: 390/2025-GFI

Trata-se de Pensão por Morte requerida por Francisco das Chagas Ribeiro de Sousa, CPF nº 042.\*\*\*.\*\*\*-\*\*, na condição de filho inválido, em razão do falecimento do segurado, Francisco Vieira de Sousa, servidor inativo, outrora ocupante do cargo de Agente Operacional de Serviço – Vigia, Classe I, Padrão D, inativo, vinculado à Secretaria da Educação do Estado do Piauí, matrícula nº 0781266, falecido em 22/08/2016, com arrimo no art. 40, §7º, I da CF/1988 com redação da EC nº 41/2003 c/c art. 121 e seguintes da LC nº 13/94 com redação da Lei nº 6.743/15, Lei Federal nº 10.887/04 e o Decreto Estadual nº 16.450/2016.

Considerando a informação apresentada pela Divisão de Fiscalização de Aposentadorias, Reformas e Pensões–DFPESSOAL-3 (peça 6) atestando a regularidade do ato concessório, e o parecer ministerial (peça 7) opinando pelo seu registro, DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL a PORTARIA nº 2113/2025/PIAUIPREV (fl. 21, peça 04), publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí– nº 221/2025 (fls. 23 e 24, peça 04), datado de 14 de novembro de 2025, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso IV, “A”, do Regimento Interno, com proventos no valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensais.

Encaminhem-se à Secretaria da Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio à SS/DGESP/DSP/SAG – Seção de Arquivo Geral para devolução ao órgão de origem.

(assinado digitalmente)

**Cons.<sup>a</sup> Flora Izabel Nobre Rodrigues**  
RELATORA

N.º PROCESSO: TC/013939/2025

## DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

INTERESSADO: FRANCISCO DAS CHAGAS CAFÉ DE OLIVEIRA

RELATORA: FLORA IZABEL NOBRE RODRIGUES

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

Nº. DECISÃO: 391/2025- GFI

Trata-se de Aposentadoria por Tempo de Contribuição concedida ao servidor Francisco das Chagas Café de Oliveira, CPF nº 105.\*\*\*.\*\*\*-\*\*, ocupante Cargo de Dentista, Classe III, Padrão E, matrícula nº 0394262, do quadro de pessoal da Secretaria da Saúde do Estado do Piauí, com arrimo no art. 43, II, III, IV, V e § 6º, I do ADCT da CE/89, acrescentado pela EC nº 54/19.

Considerando a informação apresentada pela Divisão de Fiscalização de Aposentadorias, Reformas e Pensões–DFPESSOAL-3 (Peça nº 3), atestando a regularidade do ato concessório de aposentadoria e o parecer ministerial (peça nº 4), **DECIDO**, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, **JULGAR LEGAL a Portaria G Nº 1968/2025 - PIAUÍPREV**, (fls. 190, peça 01), datada de 20 de outubro de 2025, publicada no **Diário Oficial do Estado do Piauí – nº 210/2025**(fl. 192, peça 01), datado de 30 de outubro de 2025, conforme o art. 197, inciso II, do Regimento Interno, com proventos no valor de **R\$ 6.354,34 (seis mil trezentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos)**.

Encaminhem-se à Divisão de Apoio a Primeira Câmara (DAC1), para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio à SPJ/DGESP/DSP/SAG Seção de Arquivo Geral para devolução ao órgão de origem.

Teresina-PI, 12 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)

**Cons.<sup>a</sup> Flora Izabel Nobre Rodrigues**  
RELATORA

N.º PROCESSO: TC/013699/2025

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE  
ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II  
INTERESSADA: ANTÔNIA VIANA DA SILVA UCHÔA  
RELATORA: FLORA IZABEL NOBRE RODRIGUES  
PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS  
Nº. DECISÃO: 392/2025- GFI

Trata-se de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade concedida à servidora Antônia Viana da Silva Uchôa, CPF nº 374\*\*\*\*\*, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 185-2, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com arrimo nos arts. 6º e 7º, da EC nº 41/03 c/c o artigo 2º, da EC nº 47/05 assim como art. 23, da Lei Municipal nº 1.131/11.

Considerando a informação da Divisão de Fiscalização de Aposentadorias, Reformas e Pensões–DFPESSOAL-3, (Peça nº 4) atestando a regularidade do ato concessório de aposentadoria e o parecer ministerial, opinando pelo registro (peça nº 6), DECIDO, com fulcro no artigo 246, II, c/c art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL a Portaria Nº 24/2023 – PEDROII-PREV (fls. 20 e 21, peça 3), datada de 25 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios – ANO XXI – Edição CMXVIII (fl. 22, peça 03), datado de 02 de outubro de 2026, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II, do Regimento Interno, com proventos no valor de R\$ 1.650,00 (mil seiscentos e cinquenta reais) mensais.

Encaminhem-se à Divisão de Apoio a Primeira Câmara (DAC1), para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio à SPI/DGESP/DSP/SAG Seção de Arquivo Geral para devolução ao órgão de origem.

Teresina-PI, 11 de dezembro de 2025.

*(assinado digitalmente)*

**Cons.ª Flora Izabel Nobre Rodrigues**  
RELATORA

N.º PROCESSO: TC/014754/2025

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO  
ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA  
INTERESSADA: ANTÔNIA ALVES CAVALCANTE LEAL  
RELATORA: FLORA IZABEL NOBRE RODRIGUES  
PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS  
Nº. DECISÃO: 393/2025- GFI

Trata-se de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição concedida a servidora Antônia Alves Cavalcante Leal, CPF nº 133.\*\*\*.\*\*\*-\*\*, ocupante do cargo de atendente de Enfermagem, Classe III, Padrão “E”, matrícula nº 0422908, da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí, com arrimo no art. 3º, I, II, III e parágrafo único da EC nº 47/05 e decisão judicial nº 0804546-88.2023.8.18.0032, da 2ª Vara da Comarca de Picos, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

Considerando a informação apresentada pela Divisão de Fiscalização de Aposentadorias, Reformas e Pensões–DFPESSOAL-3 (Peça nº 3), atestando a regularidade do ato concessório de aposentadoria e o parecer ministerial opinando pelo registro (peça nº 4), **DECIDO**, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, **JULGAR LEGAL a Portaria G Nº 2109/2025 - PIAUÍPREV**, (fls. 607, peça 01), datada de 10 de novembro de 2025, publicada no **Diário Oficial do Estado do Piauí – n.º 224/2025**(fl. 609, peça 01), datado de 19 de setembro de 2025, conforme o art. 197, inciso II, do Regimento Interno, com proventos no valor de **R\$ 2.715,05 (dois mil setecentos e quinze reais e cinco centavos)**.

Encaminhem-se à Divisão de Apoio a Primeira Câmara (DAC1), para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio à SPI/DGESP/DSP/SAG Seção de Arquivo Geral para devolução ao órgão de origem.

Teresina-PI, 11 de dezembro de 2025.

*(assinado digitalmente)*

**Cons.ª Flora Izabel Nobre Rodrigues**  
RELATORA



N.º PROCESSO: TC/014444/2025

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE HUGO NAPOLEÃO/  
HUGO NAPOLEÃO-PREV

INTERESSADA: KEGINALDA ALVES NOGUEIRA DE CARVALHO

RELATORA: FLORA IZABEL NOBRE RODRIGUES

PROCURADOR: MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

Nº. DECISÃO: 394/2025- GFI

Trata-se de Aposentadoria por Tempo de Contribuição concedida à servidora Keginalda Alves Nogueira de Carvalho, CPF nº 451\*\*\*\*\*, ocupante do cargo de Professora, 40 horas, matrícula nº 075-1, do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação de Hugo Napoleão, com arrimo no Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal de 1988.

Considerando a informação da Divisão de Fiscalização de Aposentadorias, Reformas e Pensões–DFPESSOAL-3, (Peça nº 3) atestando a regularidade do ato concessório de aposentadoria e o parecer ministerial, opinando pelo registro (peça nº 4), DECIDO, com fulcro no artigo 246, II, c/c art. 373 da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno do TCE/PI, JULGAR LEGAL a Portaria GP Nº 25/2023 – HUGO NAPOLEÃO-PREV (fls. 47 e 48, peça 1), datada de 31 de Maio de 2023, publicada no Diário Oficial das Prefeituras Municipais – ANO III, Edição 489 (fls. 49 e 50, peça 01), datado de 01 de junho de 2023, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II, do Regimento Interno, com proventos no valor de R\$ 6.399,00 (Seis mil, trezentos e noventa e nove reais) mensais.

Encaminhem-se à Divisão de Apoio a Primeira Câmara (DAC1), para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio à SPJ/DGESP/DSP/SAG Seção de Arquivo Geral para devolução ao órgão de origem.

Teresina-PI, 11 de dezembro de 2025.

*(assinado digitalmente)***Cons.ª Flora Izabel Nobre Rodrigues**  
RELATORA

PROCESSO: TC/015171/2025

## DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: PENSÃO EM RAZÃO DO FALECIMENTO DA SERVIDORA INATIVA, MARIA DE LOURDES CARVALHO BRITO PORTO, CPF Nº 876.\*\*\*\*\*.

INTERESSADO: ADALBERTO DE BRITO PORTO, CPF Nº 039.\*\*\*\*\*.

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA.

RELATOR: CONS. SUBS. JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO.

PROCURADOR: JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR.

DECISÃO Nº. 434/2025 - GJC.

Os presentes autos tratam do benefício de Pensão por Morte requerida por Adalberto de Brito Porto, CPF nº 039 \*\*\*\*\*, (falecido há mais de dois meses após ter solicitado o benefício de pensão aqui tratado - peça 1, fl. 182) na condição de cônjuge da servidora falecida, Maria de Lourdes Carvalho Brito Porto, CPF nº 876.\*\*\*\*\*, servidora inativa, outrora ocupante do cargo de Professor 20 horas, classe “A”, nível IV, matrícula nº 0348902, vinculado à Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), falecida em 06-07-2025 (certidão de óbito à peça 1, fl. 29), com fundamento no art. 40, §7º, da CF/1988, com redação da EC nº 103/2019 e art. 52, §§ 1º e 2º, do ADCT da CE/1989, acrescido pela EC nº 54/2019 c/c art. 121 e seguintes da LC nº 13/1994 e com o Decreto Estadual nº 16.450/2016, sem paridade, conforme Processo Administrativo nº 2025.07.183778P. O Ato Concessório foi publicado no D.O.E. Nº 219/2025, em 12-11-2025 (peça 1, fls. 185/186).

Assim, considerando a consonância da informação apresentada pela Divisão de Fiscalização de Aposentadorias, Reformas e Pensões (DFPESSOAL-3) (Peça 03) com o Parecer Ministerial Nº. 2025JA0746-FB (Peça 04), DECIDO, com fulcro nos artigos 246, II, c/c o art. 382 da Resolução nº. 13/11 – Regimento Interno, JULGAR LEGAL a Portaria GP Nº 2074/2025 – PIAUIPREV, de 05 de novembro de 2025 (peça 1, fl. 183), concessória da pensão em favor de Adalberto de Brito Porto, na condição de cônjuge da servidora falecida, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso IV do Regimento Interno, com proventos mensais totalizando a quantia de R\$1.557,45(mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) conforme segue:

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA	VALOR (R\$)
ACRÉSCIMO LEI 4212/88 (LEI 4.212/88)	12,00
VENCIMENTO (LC Nº 71/06 C/C LEI 7.081/17 C/C ART. 1º DA LEI Nº 8.370/2024) C/C LEI 8.670/2025)	2.474,55
GRATIFICAÇÃO ADICIONAL (ART. 127 DA LC Nº 71/06)	109,20
TOTAL	2.595,75

CÁLCULO DO VALOR DO BENEFÍCIO	
Título	Valor
Valor da Cota Familiar (Equivalente a 50% do Valor da Média Aritmética)	2.595,75 * 50% = 1.297,88
Acréscimo de 10% da cota parte (Referente a 01 dependente)	259,58
Valor total do Provento da Pensão por Morte:	1.557,45
BENEFÍCIO	

**NOME:** ADALBETO DE BRITO PORTO; **DATA NASC.** 20-03-1944; **DEP:** CÔNJUGE; **CPF:** 039.\*\*\*\*\*; **DATA INÍCIO:** 06-07-2025; **DATA FIM:** VITALÍCIO; **% RATEIO:** 100; **VALOR (R\$):** 1.557,45.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06-07-2025.

Encaminhem-se à Divisão de Apoio à Primeira Câmara, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio à Seção de Arquivo Geral para devolução ao órgão de origem. Gabinete do Conselheiro Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, em Teresina, 12 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)  
**Jaylson Fabianh Lopes Campelo**  
- Relator -

**PROCESSO: TC/007167/2025**

DECISÃO MONOCRÁTICA

TIPO: APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DE ATO

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

INTERESSADO (A): ALESSANDRA COSTA ARAÚJO - CPF Nº 73\*.\*\*\*-\*\*3-91

ÓRGÃO DE ORIGEM: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA/PI

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA

PROCURADOR (A): MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

DECISÃO Nº 372/2025-GDC

Versam os autos de **APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO** concedida à Sra. **ALESSANDRA COSTA ARAÚJO**, CPF nº 73\*.\*\*\*-\*\*3-91, ocupante do cargo de Professora CSE, Nível VIII, 40 horas, matrícula nº 11446, vinculada à Secretaria de Educação do Município de Parnaíba - PI. A aposentadoria foi concedida por meio da PORTARIA Nº 602/2025, de 16/10/2025, com fundamento no art. 7º, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 068/2022, e publicada no Diário Oficial dos Municípios nº 4031, datado de 20/10/2025 (peça nº 8.1, fls. 04).

Em consonância com o relatório apresentado pela Divisão de Fiscalização de Aposentadorias, Reformas e Pensões (peça nº 14), com o parecer ministerial (peça nº 15), e em cumprimento ao disposto no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal, art. 86, inciso III, “b” da Constituição Estadual c/c o art. 2º, IV da Lei Estadual nº 5.888/09 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI), art. 197, inciso II, e art. 246, inciso II, c/c o art. 373 da RESOLUÇÃO TCE nº 13/11, de 26 de agosto de 2011, republicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas nº 13/14 em 23 de janeiro de 2014 (Regimento Interno do TCE/PI), **DECIDO JULGAR LEGAL** a PORTARIA Nº 602/2025, de 16/10/2025 (peça nº 8.1, fls. 02/03), concessiva de aposentadoria à requerente, autorizando o seu REGISTRO, com proventos mensais no valor de **R\$ 15.599,81 (Quinze mil, quinhentos e noventa e nove reais e oitenta e um centavos)**, conforme discriminação abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA - PI			
PROCESSO Nº. 115/2025			
A.	Vencimento, de acordo com o artigo 2º da Lei Municipal nº 2.701 de 27/06/2012 que altera o anexo IV da Lei Municipal de Parnaíba-PI nº 2.560 de 09/06/2010.	R\$	11.555,42
B.	Gratificação por Tempo de Serviço, nos termos do art. 73 da Lei Municipal nº 1.366 de 02/01/1992 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Parnaíba/PI.	R\$	1.733,31
C.	Gratificação de Regência, nos termos do art. 65 da Lei Municipal nº 2.560 de 09/06/2010 que dispõe sobre o Plano de Carreira Magistério Público do Município de Parnaíba/PI.	R\$	2.311,08
D.	TOTAL	R\$	15.599,81

Encaminhe-se esta decisão à Divisão de Apoio à 2ª Câmara, para fins de publicação e transcurso do prazo recursal. Em seguida, envie-se à Seção de Arquivo e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Substituto DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA, em Teresina - Piauí, 11 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)  
**Delano Carneiro da Cunha Câmara**  
Conselheiro Substituto – Relator

**PROCESSO: TC/013210/2025**

DECISÃO MONOCRÁTICA

TIPO: APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DE ATO

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE

INTERESSADO (A): MARIA DEUZIMAR DA SILVA - CPF Nº 00\*.\*\*\*-\*\*3-97

ÓRGÃO DE ORIGEM: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE ALTOS/PI

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA

PROCURADOR (A): MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

DECISÃO Nº 373/2025-GDC

Versam os autos de **APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE** concedida à Sra. **MARIA DEUZIMAR DA SILVA**, CPF nº 00\*.\*\*\*-\*\*-97, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Diversos, matrícula nº 5981-1, vinculada à Secretaria Municipal de Educação de Altos - PI. A aposentadoria foi concedida por meio da PORTARIA Nº 04/2025 - ALTOSPREV, de 02/05/2025, com fundamento no art. 11, 16 e 17, da Lei Municipal nº 472/2022, e publicada no Diário Oficial das Prefeituras Piauienses, ano V, Edição 967, datado de 05/05/2025 (peça nº 01, fls. 08).

Em consonância com o relatório apresentado pela Divisão de Fiscalização de Aposentadorias, Reformas e Pensões (peça nº 03), com o parecer ministerial (peça nº 04), e em cumprimento ao disposto no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal, art. 86, inciso III, “b” da Constituição Estadual c/c o art. 2º, IV da Lei Estadual nº 5.888/09 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI), art. 197, inciso II, e art. 246, inciso II, c/c o art. 373 da RESOLUÇÃO TCE nº 13/11, de 26 de agosto de 2011, republicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas nº 13/14 em 23 de janeiro de 2014 (Regimento Interno do TCE/PI), **DECIDO JULGAR LEGAL** a PORTARIA Nº 04/2025 - ALTOSPREV, de 02/05/2025 (peça nº 01, fls. 07), concessiva de aposentadoria à requerente, autorizando o seu REGISTRO, com proventos mensais no valor de **R\$ 1.518,00 (Um mil, quinhentos e dezoito reais)**, conforme discriminação abaixo:

<b>Salário – base - vencimento</b>	
Art.37 da Lei nº 87/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Altos	R\$ 1.821,60
<b>TOTAL DOS PROVENTOS</b>	<b>R\$ 1.821,60</b>
<b>PROVENTOS A ATRIBUIR NA INATIVIDADE</b>	
MÉDIA ARITMÉTICA DE 100% DAS CONTRIBUIÇÕES	R\$ 1.326,43
PROPORCIONAL AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO = 64%	R\$ 848,91
<b>PROVENTOS A ATRIBUIR NA INATIVIDADE</b> <b>(salário mínimo vigente)</b>	<b>R\$ 1.518,00</b>

Encaminhe-se esta decisão à Divisão de Apoio à 2ª Câmara, para fins de publicação e transcurso do prazo recursal. Em seguida, envie-se à Seção de Arquivo e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Substituto DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA, em Teresina - Piauí, 11 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)  
**Delano Carneiro da Cunha Câmara**  
Conselheiro Substituto – Relator

**PROCESSO: TC/014903/2025**

DECISÃO MONOCRÁTICA

TIPO: APRECIÇÃO DA LEGALIDADE DE ATO

ASSUNTO: PENSÃO POR MORTE

INTERESSADO (A): MARIA PURESA DE JESUS PEREIRA, CPF Nº 16\*.\*\*\*-\*\*-00

ÓRGÃO DE ORIGEM: FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA

PROCURADOR (A): MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

DECISÃO Nº 374/2025-GDC

Versam os presentes autos de **PENSÃO POR MORTE** em favor de **MARIA PURESA DE JESUS PEREIRA**, CPF nº 16\*.\*\*\*-\*\*-00, na condição de cônjuge do segurado Raimundo Alves Pereira, CPF nº 17\*.\*\*\*-\*\*-00, falecido em 06/09/2021 (certidão de óbito à peça 1, fl.15), outrora ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, Padrão C, Classe III, matrícula nº 0053414, vinculado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí. O benefício foi concedido com fundamento no art. 40, §7º da CF/1988, com redação da EC nº 103/2019 e art. 52, §§ 1º e 2º do ADCT da CE/1989, acrescido pela EC nº 54/2019 c/c art. 121 e seguintes da LC nº 13/1994 e com o Decreto Estadual nº 16.450/2016, por meio da PORTARIA GP Nº 2101/2025/PIAUIPREV, de 07/11/2025, publicada no DOE nº 221/2025, datado de 17/11/2025 (peça nº 1, fls. 264/265).

Desse modo, em consonância com a informação apresentada pela Divisão de Fiscalização de Aposentadorias, Reformas e Pensões (peça nº 3), bem como com o parecer ministerial (peça nº 4) e em cumprimento ao disposto no artigo 86, III, “b” da Constituição Estadual c/c o art. 2º, IV da Lei Estadual nº 5.888/09 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI), art. 197, IV, e art. 246, II, c/c o art. 382 da RESOLUÇÃO TCE nº 13/11, de 26 de agosto de 2011 (Regimento Interno do TCE/PI), **DECIDO JULGAR LEGAL** a PORTARIA GP Nº 2101/2025/PIAUIPREV, de 07/11/2025 (peça 1, fls. 262), concessiva da pensão à requerente, autorizando o seu **REGISTRO**, com proventos mensais no valor de **R\$ 1.100,00 (Um mil e cem reais)**, conforme discriminação abaixo:

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA		
VERBAS	FUNDAMENTAÇÃO	VALOR (R\$)
VENCIMENTO	7.483 I 12.775 (0,58) de (R\$ 967,28) de acordo com art. 1º da Lei nº 10.887/2004 e Art. 62 da O.N nº 02/09.	829,67

COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL	ART. 7º, VII, CF/88				270,33		
TOTAL					1.100,00		
CÁLCULO DO VALOR DO BENEFÍCIO PARA RATEIO DAS COTAS							
Título					Valor		
Valor da Cota Familiar(Equivalente a 50% do Valor da Média Aritmética)					1100,00 * 50% = 510,00		
Acréscimo de 10% da cota parte (Referente a 01 dependente(s))					110,00		
Valor do Benefício					620,00		
Complemento Constitucional					480,00		
Valor total do Provento da Pensão por Morte:					1.100,00		
BENEFÍCIO							
NOME	DATA NASC.	DEP.	CPF	DATA INÍCIO	DATA FIM	% RATEIO	VALOR (R\$)
MARIA PURES DE JESUS PEREIRA	25/05/1940	Cônjuge	16*.***.***3-00	Cessa-ção BPC 01/10/2025	VITA-LÍCIO	100,00	1.100,00

Encaminhe-se esta decisão à Divisão de Apoio à 2ª Câmara, para fins de publicação e transcurso do prazo recursal. Em seguida, envie-se à Seção de Arquivo e posterior devolução ao órgão de origem.

Gabinete do Conselheiro Substituto DELANO CARNEIRO DA CUNHA CÂMARA, em Teresina - Piauí, 11 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)

**Delano Carneiro da Cunha Câmara**  
Conselheiro Substituto – Relator

PROCESSO: TC/014420/2025

DECISÃO MONOCRÁTICA

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

INTERESSADO (A): ALONCIO DE SOUSA BRITO

ORIGEM: IPMT – FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO JACKSON NOBRE VERAS

PROCURADOR (A): RAÍSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA

DECISÃO Nº 382/25 – GJV

Trata-se de **aposentadoria por idade e tempo de contribuição** – Fundação Piauí Previdência, requerida por Aloncio de Sousa Brito, CPF nº 216.XXX.XXX-XX, professor 20h, classe “SE”, nível IV, matrícula nº 0851582, Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, com fundamento no art. art.43, III e IV,§4º, II e §6º, I do ADCT da CE/1989, acrescido pela EC nº 54/2019.

Considerando a consonância da Informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Pessoal e Previdência – DFPESSOAL (Peça 03) com o Parecer Ministerial (Peça 04) **DECIDO**, com fulcro nos artigos 246, II da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno, **JULGAR LEGAL a Portaria GP nº 1941/2025 – PIAUIPREV**, de 16/10/2025 (fl. 1.147), publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí nº 210/2025, de 31/10/2025, (fls. 1.149 a 1.150), concessiva da aposentadoria ao requerente, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II, do Regimento Interno, com proventos compostos conforme o quadro abaixo:

DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS MENSAIS		
TIPO DE BENEFÍCIO: Aposentadoria de professor - Proventos com integralidade, revisão pela paridade		
VERBA	FUNDAMENTAÇÃO	VALOR
VENCIMENTO	LC Nº 71/06 C/C LEI 7.081/17 C/C ART. 1º DA LEI Nº 8.370/2024 C/C LEI Nº 8.670/2025	R\$2.734,80
Vantagens Remuneratórias (Conforme Lei Complementar nº 33/03)		
GRATIFICAÇÃO ADICIONAL	ART. 127 DA LC Nº 71/06	R\$26,58
PROVENTOS A ATRIBUIR		R\$2.761,38

**PROVENTOS A ATRIBUIR: R\$ 2.761,38 (DOIS MIL SETECENTOS E SESSENTA E UM REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS).**

Encaminhem-se à **Divisão de Apoio à Primeira Câmara**, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao Setor de Arquivo para fins de arquivamento e posterior devolução ao órgão de origem.

Teresina (PI), 11 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)

**JACKSON NOBRE VERAS**  
Conselheiro Substituto - Relator



**PROCESSO: TC/011672/2025****DECISÃO MONOCRÁTICA**

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

INTERESSADO (A): MARIA DAS DORES RIBEIRO DE ALMEIDA

ORIGEM: FMPS – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE BOM JESUS

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO JACKSON NOBRE VERAS

PROCURADOR (A): JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR

DECISÃO Nº 383/25 – GJV

Trata-se de **aposentadoria por idade e tempo de contribuição** (Regra de Transição da EC nº 41/03) – Fundo Previdenciário do Município de Bom Jesus (BOM-PREV) requerida por MARIA DAS DORES RIBEIRO DE ALMEIDA, CPF nº 710\*\*\*\*\*, Professor, 40 horas, classe “C”, nível VI, matrícula nº 18-1, da Secretaria Municipal de Educação, com fundamento no art. 6º e 7º da EC nº 41/03 c/c §5º, art. 40, da CF/88 c/c art. 2º, da EC nº 47/05 c/c art. 23 e 29, da Lei Municipal nº 479/2009, com proventos integrais e paridade.

Considerando a consonância da Informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Pessoal e Previdência – DFPESSOAL (Peça 04) com o Parecer Ministerial (Peça 05) **DECIDO**, com fulcro nos artigos 246, II da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno, **JULGAR LEGAL a Portaria nº 355/2025 – BOM-PREV à fl. 2.14**, publicada no Diário Oficial dos Municípios, ano XVIII, edição VCDIII, em 11/09/25, pág. 339 (fl. 2.15), concessiva da aposentadoria à requerente, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II, do Regimento Interno, com proventos compostos conforme o quadro abaixo:

COMPOSIÇÃO DO CÁLCULO DOS PROVENTOS	
Vencimento do cargo, conforme Lei Municipal nº 813, de 19 de fevereiro de 2025	R\$ 8.959,36
Total da Remuneração do cargo efetivo	R\$ 8.959,36
<b>TOTAL DOS PROVENTOS</b>	<b>R\$ 8.959,36</b>

**PROVENTOS A ATRIBUIR: R\$ 8.959,36 (OITO MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS).**

Encaminhem-se à **Divisão de Apoio à Primeira Câmara**, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao Setor de Arquivo para fins de arquivamento e posterior devolução ao órgão de origem.

Teresina (PI), 12 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)

**JACKSON NOBRE VERAS**

Conselheiro Substituto- Relator

**PROCESSO: TC/014341/2025****DECISÃO MONOCRÁTICA**

ASSUNTO: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

INTERESSADO (A): MARIA JUCLENE DE SOUSA ROCHA

PROCEDÊNCIA: FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO SANTOS-PI – FSANTOS-PREV

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO JACKSON NOBRE VERAS

PROCURADOR (A): MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

DECISÃO Nº 384/2025 – GJV

Trata-se de **Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição**, concedida à servidora **Maria Juclene de Sousa Rocha**, CPF nº 843.\*\*\*3-49, ocupante do cargo de professor, matrícula nº 327, Secretaria Municipal de Educação de Francisco Santos, com arrimo no art. art.23 c/c art.29 da Lei 297/2009 e art.6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c §5º do art.40 da Constituição Federal de 1988 (com redação anterior a EC nº103/2019).

Considerando a consonância da Informação apresentada pela Diretoria de Fiscalização de Pessoal e Previdência – DFPESSOAL 3 (Peça 3) com o Parecer Ministerial (Peça 4) **DECIDO**, com fulcro nos artigos 246, II da Resolução nº 13/11 – Regimento Interno, **JULGAR LEGAL a Portaria nº 172/2025, PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS de 31/10/2025, publicada no Diário Oficial Eletrônico Municipal - DOEM, Ano I Edição n.º 195 de 31/10/2025**, concessiva da aposentadoria à requerente, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal e art. 86, III, “b” da Constituição Estadual, autorizando o seu registro, conforme o art. 197, inciso II, do Regimento Interno, com proventos compostos conforme o quadro abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS			
PROCESSO Nº. 08/2025			
A.	Vencimento, de acordo com o artigo 1º da Lei Municipal 501/2025, que dispõe sobre o reajuste salarial dos professores da rede municipal de ensino de Francisco Santos - PI.....	R\$	4.867,77
B.	Adicional por Tempo de Serviço, nos termos do art. 35, I da Lei Municipal nº 96 de 05/05/1998 que dispõe sobre Plano de carreira do Magistério Público da Prefeitura Municipal de Francisco Santos/PI.....	R\$	1.622,23
C.	Regência, nos termos do art. 35, II da Lei Municipal nº 96 de 05/05/1998 que dispõe sobre Plano de carreira do Magistério Público da Prefeitura Municipal de Francisco Santos/PI.....	R\$	350,00
D.	Progressão, nos termos do art. 27, da Lei Municipal nº 96 de 05/05/1998 que dispõe sobre Plano de carreira do Magistério Público da Prefeitura Municipal de Francisco Santos/P.....	R\$	243,39



TOTAL EM ATIVIDADE	R\$	6.483,39
VALOR DO BENEFÍCIO	R\$	6.483,39
Francisco Santos/PI, 31 de outubro de 2025.		
<p>   Graciela Maria Rodrigues Silva  Chefe de Gabinete do Prefeito  CPF: 010.181.873-02  Pórtula Nº 233/2025-GP </p> <p>   José Edison de Carvalho  PREFEITO MUNICIPAL </p>		

PROCESSO: TC N.º 015.082/2025

ATO PROCESSUAL: DM N.º 009/2025 - REEX

ASSUNTO: PEDIDO DE REEXAME

ENTIDADE: PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO PIAUÍ

UNIDADE JURISDICIONADA: ESTADO DO PIAUÍ RELATOR: CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ALISSON FELIPE DE ARAÚJO PROCURADORA DO MPC: JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR

RECORRENTE: SR. RAFAEL TAJRA FONTELES - GOVERNADOR DO PIAUÍ

ADVOGADA: DRA. MARIELY GOMES FREITAS - OAB/PIN.º 17.073 (SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS)

PROCESSO RELACIONADO: TC N.º 007.053/2025 - AUDITORIA

**VALOR TOTAL DO BENEFÍCIO: R\$ 6.483,39 (SEIS MIL QUATROCENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS).**

Encaminhem-se à **Primeira Câmara**, para fins de publicação desta decisão e transcurso do prazo recursal e, em seguida, envio ao Setor de Arquivo para fins de arquivamento e posterior devolução ao órgão de origem.

Teresina (PI), 12 de dezembro de 2025.

*(assinado digitalmente)***JACKSON NOBRE VERAS**

Conselheiro Substituto

Relator

## ACESSE O DOE TCE-PI NO SITE

www.tcepi.tc.br

O Diário Oficial Eletrônico é o veículo oficial de publicação, divulgação e comunicação dos atos processuais e administrativos do TCE-PI

SUA VEICULAÇÃO É DIÁRIA, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

**O Sr. Conselheiro Substituto Alisson Araújo (Relator):**

### DECISÃO MONOCRÁTICA

Trata-se de Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Rafael Tajra Fonteles, Governador do Estado do Piauí, em face do Acórdão n.º 393/2025, publicada no DOE TCE PI n.º 197/2025, de 17.10.2025, decidiu o Pleno, pela Procedência da presente Auditoria bem como recomendações.

Conforme o disposto no art. 408 do Regimento Interno do TCE PI, ao relator compete efetuar o juízo de admissibilidade relativamente à legitimidade, adequação procedimental, tempestividade e interesse.

2. Preliminarmente, verificou-se irregularidade na representação processual, tendo em vista a assinatura da peça recursal pela Dra. Mariely Gomes Freitas - OAB/PI n.º

17.073 e ausência da procuração. Desse modo, restaram comprometidos, em especial, a legitimidade processual e o interesse em recorrer.

3. Nesse sentido, o caput do art. 241 do RI TCE PI assim preleciona:

Art. 241. No processo figuram como parte o responsável e o interessado, podendo praticar os atos processuais diretamente ou por intermédio de procurador regularmente constituído, ainda que não seja advogado. (... ) (grifo nosso)

4. A interposição de recurso mediante petição subscrita por causídico sem a juntada de procuração aos autos não legitima a parte, tornando-a inapta para apresentar suas razões recursais.

5. Desse modo, NÃO CONHEÇO o presente Pedido de Reexame, tendo em vista que não restou demonstrada a legitimidade ad causam bem como o interesse de agir daquele, em virtude da ausência do instrumento procuratório com a parte interessada e a intempestividade recursal.

6. Publique-se.

Teresina (PI), 11 de dezembro de 2025.

ASSINADO DIGITALMENTE

**Conselheiro Substituto Alisson Araújo**

RELATOR

## ATOS DA PRESIDÊNCIA

## PORTARIA Nº 982/2025

**Altera a Portaria nº 160/2023, que designa a composição do Comitê de Gestores de Tecnologia da Informação - TI no âmbito do TCE/PI.**

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no artigo 5º da Portaria nº 159/2023,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar, os abaixo elencados, como membros do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI do Tribunal de Contas do Estado do Piauí para, sob a coordenação do primeiro, decidir sobre as demandas para soluções corporativas de TI:

UNIDADES	TITULARES	SUPLENTE
Presidência	Jaylson Fabianh Lopes Campelo	Nadja Caroline Lima de Barros Araújo
SECEX	Luis Batista de Sousa Júnior	Leonardo Santana Pereira
SS	Marta Fernandes de Oliveira Coelho	Vimara Coelho Castor de Albuquerque
SA	Paulo Ivan da Silva Santos	Raimundo José Mendes Silva
STIF	Antônio Ricardo Leão de Almeida	Antônio Moreira da Silva Filho
MPC	Leandro Maciel do Nascimento	José Araújo Pinheiro Júnior
DFAM	Elbert Silva Luz Alvarenga	Vilmar Barros Miranda
GOV	Lucine de Moura Santos Pereira Batista	Antônio Ricardo M. de Carvalho Filho
EGC	Flora Izabel Nobre Rodrigues	Maria Valéria Santos Leal

Art. 2º - Fica revogada a Portaria nº 160/2023, de 09 de março de 2023.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 15 de dezembro de 2025.

**Cons. JOAQUIM KENNEDY NOGUEIRA BARROS**

Presidente do TCE/PI

## ATOS DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

## PORTARIA Nº 821/2025-SA

O Secretário Administrativo do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições delegadas pela Portaria TCE nº 582, de 20/09/2021, publicada no DOe-TCE nº 177, de 21/09/2021, p. 2, e tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 106648/2025.

Considerando o art. 117 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021;

Considerando o art. 4º, incisos XI e XIII, da Resolução TCE/PI nº 28, de 3 de novembro de 2016;

Considerando o art. 83, inciso XVIII, da Resolução TCE/PI nº 24, de 18 de agosto de 2023.

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora Larissa Gomes de Meneses Silva, matrícula nº 97862-0, para exercer o encargo de fiscal do contrato 59/2025, celebrado com D.F.A BESERRA LTDA, firmado em 5/12/2025, disponibilizado no DOe TCE-PI nº 233/2025, de 15/12/2025, p. 49, que tem como objeto a contratação de serviços de confecção de materiais gráficos, na cláusula primeira do Contrato em comento, decorrente da ARP nº 22/2025, conforme especificações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90004/2025 do Tribunal de Contas do Estado do Piauí -TCE/PI.

Art. 2º Designar a servidora Valbia Oliveira de Sousa, , matrícula nº 98.684-0, para exercer o encargo de suplente de fiscal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Piauí-PI, em Teresina-PI, 15 de dezembro de 2025.

*(assinado digitalmente)*

**Paulo Ivan da Silva Santos**

Secretário Administrativo do TCE/PI